



ARSENAL DO ALFEITE

Relatório e Contas 2012



ÍNDICE

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	4
I - RELATÓRIO DA GESTÃO	6
OBJECTIVOS DE GESTÃO	8
CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ACCIONISTA	10
ACTIVIDADE E PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS	12
RECURSOS HUMANOS	16
CONTRATAÇÃO PÚBLICA	21
DEVERES ESPECIAIS DE INFORMAÇÃO	24
LIMITES DE ENDIVIDAMENTO.....	27
PERSPECTIVAS FUTURAS	29
ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	31
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	36
DIVULGAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	38
II - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	41
ANEXO AO RELATÓRIO E CONTAS (Certificação Legal das Contas e Relatório e Parecer do Fiscal Único)	





**MENSAGEM DO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O actual Conselho de Administração, eleito em 23 de Março de 2012, assumiu o desafio de avaliar a situação da empresa e propor um plano de acção para o seu futuro.

O ano de 2012 foi um ano particularmente penoso do ponto de vista económico para a Arsenal do Alfeite S.A. como corolário da contracção verificada na economia portuguesa e consequentemente no orçamento de Marinha, responsável por 90 % da produção anual do estaleiro.

A sua capacidade instalada está claramente sobredimensionada para os constrangimentos financeiros a que a Marinha está sujeita.

Como enunciado no relatório anterior “a capacidade necessária, mas não utilizada, está a degradar de forma significativa a exploração da empresa...”, que este ano apresenta um prejuízo superior a 5,4 milhões de euros.

Esta dependência do orçamento geral do Estado, conjugada com o seu estatuto de Entidade Publica Reclassificada, dificulta a afirmação da empresa em mercados competitivos.

Não obstante este facto, durante o ano de 2012, verificou-se uma redefinição estratégica, que potencia o Arsenal em novos mercados, a saber, no mercado de construção das lanchas complexas, para o exercício da autoridade do Estado; este mercado de natureza global, que o Arsenal tem potencialidades e competências específicas, foi assumido pela Administração que no transacto ano tomou posse, como desígnio estratégico, com capacidade de superar as limitações impostas pelos constrangimentos acima referidos.

O novo desígnio estratégico poderá potenciar a alavancagem necessária, com o processo de internacionalização, para contrariar este ciclo recessivo em que nos encontramos, potenciando dessa forma a redução do *deficit* de manutenção que a esquadra necessariamente está a sofrer.

Sendo um dos vectores da internacionalização a construção de lanchas complexas (até 50 metros), para o mercado africano, com particular apetência os países do Magrebe e da África lusófona, afigura-se como incompatível o estatuto acima identificado e mercados, onde a flexibilidade impera.

Um outro vector de internacionalização que pautamos de muito importante é o de estabelecimento de uma estrita colaboração com Marinhas amigas, assegurando níveis de manutenção elevados em equipamentos tecnologicamente compatíveis com o conhecimento do estaleiro.

Estes vectores de desenvolvimento, não prejudicam a necessidade de uma maior integração ao nível de políticas de manutenção, do sector da defesa e segurança, assim como ao nível do Sector Empresarial do estado; contamos com todos para que o conhecimento residente na Arsenal potencie a economia portuguesa.

Uma última palavra para todos os colaboradores da empresa, a quem a Administração promete, todo o empenho e dedicação na prossecução dos planos equacionados, para que a Arsenal do Alfeite, S.A. possa atingir patamares de sustentabilidade, de momento arredados da empresa.

Espera-se, pois, de todos os colaboradores, total empenho, profissionalismo e responsável compreensão, factores essenciais para garantir a continuidade da actividade económica da Arsenal do Alfeite, S.A., com tudo o que isso representa em seu benefício e da região na qual a empresa se insere.

O Conselho de Administração

Administrador



Jorge Joaquim Crujo Camões

Administrador



José Miguel Antunes Fernandes

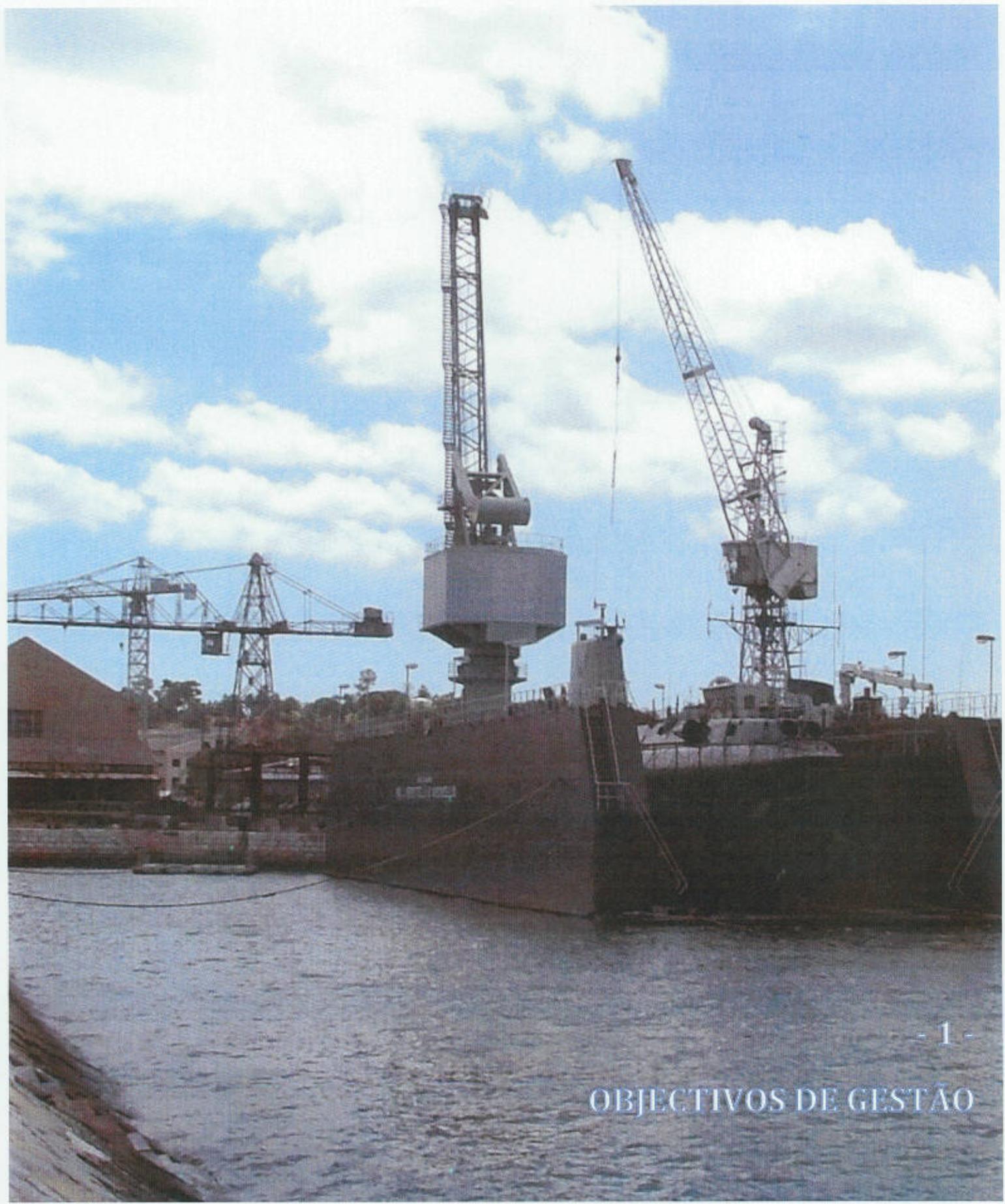
Administrador



Francisco de Figueiredo e Silva Cunha Salvado



I - RELATÓRIO DA GESTÃO



- 1 -

OBJECTIVOS DE GESTÃO

OBJECTIVOS DE GESTÃO¹

Dando cumprimento ao preconizado pelo Artigo 11º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 300/2007 de 23 de Agosto, foram emanados pelo Accionista em sede da Assembleia Geral Anual de 23.03.2012, objectivos gerais de gestão para a Arsenal do Alfeite, S.A. no ano de 2012, os quais se centram no necessário equilíbrio financeiro da empresa, enquanto objectivo claro e inequívoco.

Assim, e entre outras de natureza distinta, foram determinadas pelo Accionista diversas medidas de redução de despesa, destacando-se as orientações quanto a remunerações dos órgãos sociais em função da recente alteração à Lei do Gestor Público.

¹ Salienta-se a inexistência da divulgação de quaisquer recomendações resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas.



- 2 -

RECOMENDAÇÕES DO ACCIONISTA

CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ACCIONISTA

A empresa cumpriu as orientações emanadas pelo accionista, nomeadamente as resultantes da Assembleia Geral de aprovação de contas de 2011, bem como as decorrentes das medidas tomadas a nível governamental com impacto nas empresas públicas. Salienta-se, ainda, o cumprimento de todas as deliberações unânimes por escrito emanadas pelo Accionista no decorrer do ano de 2012.



- 3 -

ACTIVIDADE E PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

ACTIVIDADE E PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

Perspectiva Global

A actividade da empresa caracterizou-se, no ano de 2012 por dois perfis temporalmente distintos: o primeiro semestre, no qual o principal cliente, a Marinha Portuguesa, praticamente não injectou trabalhos, com excepção da docagem do NRP “Gago Coutinho”, o que se reflectiu num muito reduzido nível de produção no primeiro trimestre, surgindo apenas uma intervenção de manutenção planeada a uma corveta em meados de Abril, mais exactamente a Revisão Intermédia do NRP “João Roby”. No segundo semestre, em particular no período entre Agosto e o final do ano, existiu um significativo acréscimo do volume de trabalhos, na sua maioria decorrente de reparações urgentes e eventuais em paralelo com a reparação da corveta, com o inerente impacto directo no aumento da produção do estaleiro.

A actividade inerente aos clientes que não Marinha, especialmente os privados, foi marginal em termos do impacto na facturação da empresa, apesar de terem existido múltiplas obras, para clientes distintos, como sejam a Naveiro, Soflusa S.A., Atlantic Tugs Lda, Atlantic Ferries S.A., Transtejo S.A. O mercado comercial, embora atractivo em períodos de menor actividade em obras do cliente principal é, na generalidade, caracterizado por um produto de baixo valor acrescentado, de rentabilidade marginal, cuja possibilidade de competitividade no mercado nacional obriga à prática de preços a valores dificilmente coadunáveis com uma empresa com a estrutura da AASA, moldada para se constituir como “one stop shop” (i.e. fornecedora de serviços de reparação, ou modificação, funcionalmente integrados e tecnologicamente transversais) de navios militares.

Ao nível da vertente de internacionalização da actividade da empresa, é importante registar a docagem de um navio de uma Marinha estrangeira, mais exactamente o primeiro navio da Marinha Real de Marrocos, o Navio de Apoio Logístico, BSL “DAKLA”, o qual iniciou uma reparação no estaleiro a 05 de Novembro de 2012, tendo cumprido o prazo inicialmente previsto, completando a sua estada em doca seca a 28 de Novembro, saindo do estaleiro no dia 29 ao início da tarde. O apoio dado pelo estaleiro não se resumiu aos aspectos fabris, tendo sido assegurado o apoio logístico à guarnição do navio, desde o alojamento, à alimentação e transportes internos, que asseguraram o interface usualmente requerido por este tipo de cliente, bem como a maximização da eficiência deste projecto, reforça-se, iniciado e concluído de acordo com o planeamento original.

Perspectiva Sectorial

Ao nível sectorial da actividade interna, mais exactamente às actividades das diversas áreas tecnológicas do estaleiro, verificou-se uma muito significativa discrepância de encomendas entre as tecnologias da Plataforma, i.e. Estruturas, Mecânica, Electricidade, e as tecnologias militares, i.e. Sistemas de Combate, Sensores e Comunicações, onde estas últimas tiveram um muito reduzido nível de actividade para clientes. Este facto foi gerado pela inexistência de navios militares com real capacidade combatente em reparação no estaleiro no âmbito de acções de manutenção planeada, ou seja, de fragatas em Revisão Intermédia, que per si acarretam uma grande indução de obra neste sector tecnológico.

É importante reter a percepção de que as valências do estaleiro na área dos sistemas de Combate, Sensores e Comunicações, e da Electrónica Geral representam as actividades que incorporam maior valor acrescentado, e que fazem da AASA a única entidade nacional que as detém e integra, e que, materializa a diferença para qualquer outro estaleiro de reparação e/ou construção naval. Porém, estas valências específicas, sendo alvo de procura por um cliente único, o Estado Português (materializado na Marinha Portuguesa e na Força Aérea Portuguesa), muitas vezes de numa ordem de grandeza insuficiente para colmatar os custos da sua existência, representam um “custo de soberania”, que não se encontra suportado de forma consistente.

Principais actividades comerciais por Sector de Negócio

Reparação Naval Militar

Ao nível do sector de negócio da Reparação Naval Militar há a destacar os seguintes projectos:

- Reparação geral (W6) do motor propulsor de estibordo (com montagem integral em oficina) da Fragata “Álvares Cabral”, da Marinha Portuguesa;
- Revisão Intermédia + Docagem da Corveta “João Roby”, da Marinha Portuguesa;
- Docagem do Navio Oceanográfico “Gago Coutinho”, da Marinha Portuguesa;
- Docagem do BSL “Dakhla” da Marinha Real de Marrocos;
- Alagem e reparação de Lanchas de Vigilância e de Intercepção (LVI) da Guarda Nacional Republicana;
- Reparações Eventuais e Urgentes nos diversos navios da Marinha Portuguesa.

Reparação Naval Comercial

Ao nível do sector de negócio da Reparação Naval Comercial há a destacar os seguintes projectos:

- Docagem de Navios de carga da Naveiro Transportes Marítimos;
- Docagem de Ferries da Soflusa, S.A.;
- Docagem de Ferries da Atlantic Ferries, S.A.;
- Docagem de Ferries da Transtejo, S.A.;
- Docagem de diversos Rebocadores, de armadores diversos.

Ainda no âmbito deste sector de negócio, a AA,SA concorreu, sem sucesso, aos seguintes projectos:

- Reparação do Navio de Pesquisa “Noruega”, do Instituto Português do Mar e da Atmosfera;
- Reparação do Navio de Pesquisa “Sarmiento de Gamboa”, do Centro Mediterraneo de Investigaciones Marinas y Ambientales, de Espanha;
- Docagem e reparação do N/M “Ilha da Madeira”, da Transinsular, S.A.;
- Docagem e reparação do N/M “Sete Cidades”, da Transinsular, S.A.;
- Docagem e reparação de diversos ferries, da Transtejo, S.A.

Construção Naval

Ao nível do sector de negócio da Construção Naval há a destacar os seguintes projectos:

- Execução do projecto de Barco rabelo para actividade marítimo-turística no Rio Douro, da empresa Douro Azul - Sociedade Marítimo-turística, S.A.;
- Execução parcial do Projecto Básico das Lanchas de Fiscalização Costeira para a Marinha Portuguesa, em parceria com os Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A.

Ainda no sector de negócio da Construção Naval há a destacar os seguintes projectos, aos quais a AASA concorreu, sem sucesso:

- Construção de lanchas rápidas de Fiscalização com 15 metros e 18 metros para a Polícia Holandesa;
- Construção de lancha de 28 metros para a Polícia de Gibraltar.

No que respeita às principais acções comerciais desenvolvidas, destaca-se, no ano de 2012, a divulgação das principais actividades e competências da Arsenal do Alfeite em revistas da especialidade, tais como, a “Revista da Marinha” e “O Propulsor”.

Neste âmbito, realça-se, ainda, a participação em diversos eventos de índole comercial, designadamente:

- Conferência “ABC Mercado Angola”, Culturgest, Lisboa, 12 Janeiro de 2012
- Conferência “ABC Mercado Norte da Europa”, AICEP, Lisboa, 25 Janeiro de 2012
- Seminário “Náutica - Desenvolvimento Económico e Cultura Marítima”, FIL, Lisboa, 8 Fevereiro de 2012
- Conferência “ABC Mercado Turquia”, AICEP, Lisboa, 12 Abril de 2012
- Conferência “ABC Mercado Moçambique”, ISG, Lisboa, 9 Maio de 2012
- “Potencial de Exportação de Produtos Portugueses para o Brasil”, ACL, Lisboa, 4 Junho de 2012
- Workshop “Como Vender no Chile” AICEP, Lisboa, 3 Julho de 2012
- “Seminário de Exportação para o Brasil”, Câmara de Comércio e Indústria Luso-Brasileira, no Corinthia Hotel, Lisboa, 11 de Julho de 2012
- Panama Business Day - I Encontro de Networking Empresarial, AIP, Lisboa, 15 Outubro de 2012
- Congresso FEEM - ÂNCORA: O mar com os pés assentes na terra”, CCE, Estoril, 22 Outubro de 2012.



- 4 -

RECURSOS HUMANOS

RECURSOS HUMANOS

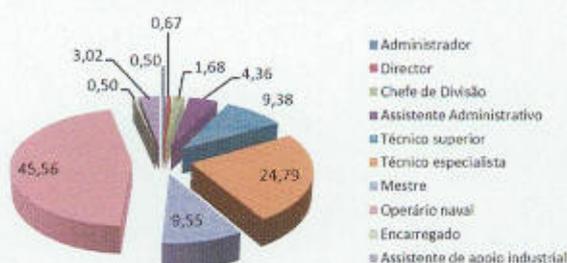
Gestão de Recursos Humanos

A Arsenal do Alfeite, S.A., iniciou o ano de 2012 com um efectivo de 608 pessoas. Em virtude de uma política de admissões restritiva e do número de saídas voluntárias registado, assinala-se uma redução do efectivo ao longo do ano, cifrando-se em 597 em 31 de Dezembro de 2012, com a seguinte distribuição por vínculo:

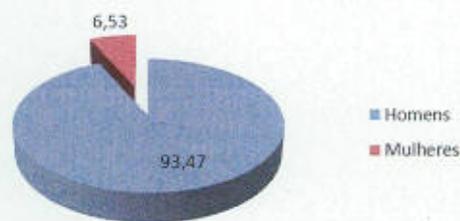
Membros do Conselho de Administração	3	
Comissão de Serviço	2	
Acordo de cedência de interesse público	535	(10 em comissão de serviço)
Comissão normal de serviço (pessoal militar)	11	
Contrato de trabalho por tempo indeterminado	31	
Contrato de trabalho a termo certo	15	

A população caracteriza-se pela sua natureza industrial e por ser maioritariamente masculina, conforme ilustram os gráficos seguintes:

Distribuição por Categoria



Distribuição por Sexo

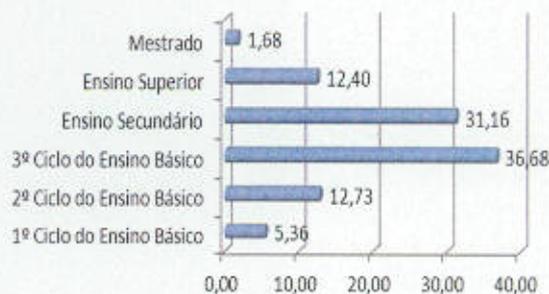


A idade média subiu situando-se nos 45,9 anos e a estrutura habilitacional revela que a maioria dos trabalhadores tem uma escolaridade igual ou superior ao terceiro ciclo do ensino básico, apresentando uma configuração semelhante à dos anos anteriores.

Estrutura Etária



Habilitações Literárias

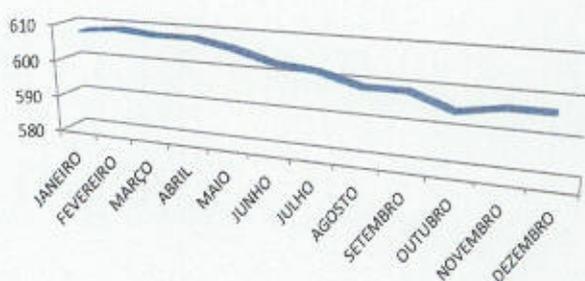


Em 2012 registou-se um acréscimo moderado do absentismo, sendo o índice de ausência de 6,5%. Inversamente, a rotação externa, de cerca de 3,9%, foi semelhante à registada em 2011.

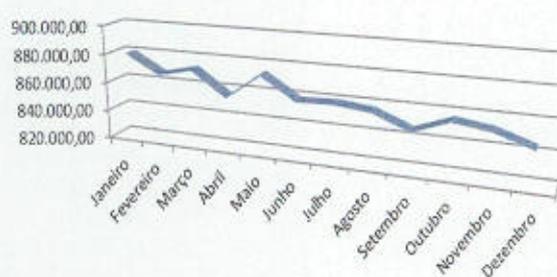
A política salarial subordinou-se às orientações do governo sobre esta matéria, não tendo sido aplicadas actualizações salariais. Foram, inversamente, aplicadas as reduções remuneratórias e as medidas de redução da despesa previstas, nomeadamente, na Lei nº 12-A/2012, de 30 de Junho, no Decreto-Lei nº 137/2010, de 28 de Dezembro, e na Lei nº 64-B/2011, de 30 de Dezembro.

A gestão de carreiras foi, igualmente, condicionada pelas medidas citadas no parágrafo anterior, caracterizando-se o ano de 2012 pela progressiva diminuição do efectivo e dos encargos com remunerações permanentes.

Efectivo em 2012

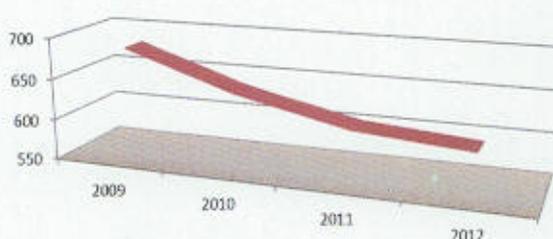


Remunerações em 2012

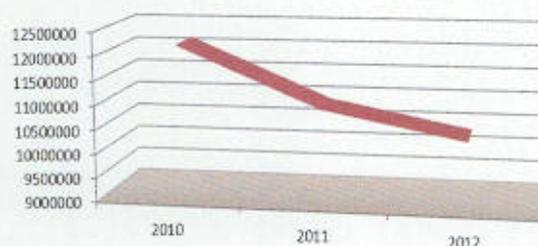


A redução do efectivo de pessoal e do respectivo encargo salarial corresponde a tendência verificada escassos meses após o início da actividade industrial da empresa, em 1 de Setembro de 2009, como comprovam as representações gráficas seguintes.

Evolução do Efectivo de Pessoal



Evolução dos Custos Remuneratórios



Em 2012 foi publicado o Manual de Competências da empresa, documento que permite um conhecimento organizacional metódico, sistémico e partilhado sobre as principais tarefas que constituem cada uma das funções existentes na AASA, centrando-se nas dimensões experiência, habilitações académicas, formação profissional e máquinas e ferramentas utilizadas.

Ao nível regulamentar, realça-se a reestruturação orgânica da AASA operada para vigorar a partir de 1 de Setembro de 2012, à qual esteve associada a avaliação da generalidade das comissões de serviço do pessoal dirigente.

Formação Profissional

Assumindo que o reforço da formação profissional enquanto factor potenciador da qualificação dos trabalhadores é determinante para o aumento da produtividade, executou-se o plano de formação para 2012, ajustado às disponibilidades e necessidades da empresa. As fases do ciclo formativo foram asseguradas, relativamente à formação interna, à formação externa e à formação ministrada nas escolas da Marinha, desde o levantamento das necessidades de formação até à avaliação da eficácia da formação, concretizando-se o seguinte:

Número de acções de formação frequentadas	120
Número de horas de formação ministradas	10 497
Número de participantes	416

O Serviço de Formação e Desenvolvimento acolheu e respondeu pela formação prática de um curso no âmbito do Sistema de Aprendizagem e de Educação e Formação de Jovens, da responsabilidade do Instituto de Emprego e Formação Profissional, na seguinte conformidade:

Técnico de Electrónica/Equipamentos (nível III) 9 Formandos, concluído em 12-06-12

No âmbito do protocolo de cooperação entre o Ministério da Educação, a Escola Secundária da Amora e a Arsenal do Alfeite, S.A., manteve-se em funcionamento no Serviço de Formação e Desenvolvimento o Ensino Recorrente por Módulos Capitalizáveis de nível secundário no ano lectivo de 2011/2012, tendo sido frequentado por 24 alunos, pessoal da Marinha pertencente às unidades sediadas na área do Alfeite.

O referido ensino não continuou no ano lectivo de 2012/2013 por se encontrar em redefinição no âmbito do Ministério da Educação.

Reconhecendo a importância da formação e da integração no mercado de trabalho de jovens, a Arsenal do Alfeite, S.A., proporcionou a realização de estágios em contexto de trabalho a 15 estudantes, sendo 3 da Escola Naval e os restantes de cursos profissionais.

Acção Social

No âmbito da promoção da responsabilidade social da empresa, realça-se o apoio aos filhos dos trabalhadores consubstanciados no protocolo celebrado entre o IASFA, a Marinha e a Arsenal do Alfeite, S.A., regulador da frequência do berçário, creche e jardim-de-infância do Centro de Apoio Social do Alfeite. Beneficiaram do referido protocolo os trabalhadores com filhos entre os 4 meses e os 5 anos, nos seguintes quantitativos:

Ano lectivo de 2010/2011 - 35 crianças
 Ano lectivo de 2011/2012 - 30 crianças
 Ano lectivo de 2012/2013 - 30 crianças

Igualmente dirigida aos filhos dos trabalhadores, foi organizada e realizada uma colónia de férias durante o mês de Julho, abrangendo 74 crianças e jovens entre os 6 e os 17 anos.

A acção social desenvolveu-se, ainda, nas áreas do desporto, destacando-se os torneios de futsal e de pesca, do convívio, destacando-se a maratona nocturna de pesca, as comemorações do Natal e do dia do Arsenal do Arsenal do Alfeite, S.A.



Alfeite, e da cultura, destacando-se o concurso de fotografia e os diversos programas de teatro com preços reduzidos.

No âmbito cultural, refira-se a realização da 3ª edição do “Arsenal Photo”, subordinada ao tema O Tejo. Natureza e Indústria. Este concurso de fotografia, para além da valorização da fotografia enquanto forma de expressão artística, procurou retratar cenários do estaleiro e sensibilizar os trabalhadores para as questões ambientais e para o impacto da empresa enquanto indústria dinamizadora do desenvolvimento local.

Com o objectivo de apoio directo aos trabalhadores, foram celebradas parcerias com várias associações e empresas da área do desporto e das telecomunicações e com uma farmácia local.

Foram desenvolvidas iniciativas de solidariedade com a comunidade, realçando-se a organização dentro da empresa de 4 recolhas de sangue pelo Instituto Português do Sangue que totalizaram 237 dádivas. Do banco de sangue da AASA foi disponibilizada ajuda a vários trabalhadores, através da reposição de unidades de sangue fornecidas a seus familiares em unidades hospitalares.

Destaca-se, também, a participação no programa de recolha de tampinhas, a favor de uma jovem portadora de deficiência que necessita de uma nova prótese.

Saúde no Trabalho

A actividade obrigatória de saúde no trabalho é desenvolvida através de serviço interno. Este, garante as funções específicas de medicina do trabalho, de vigilância e promoção da saúde, e a prestação de primeiros socorros, garantindo assistência em situações de emergência relacionadas com acidentes de trabalho e doenças súbitas. Para o efeito conta com os serviços de um médico do trabalho e de um enfermeiro durante o período normal de laboração.



- 5 -

CONTRATAÇÃO PÚBLICA

CONTRATAÇÃO PÚBLICA

A Arsenal do Alfeite, S.A., enquanto sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, encontra-se sujeita ao regime da contratação pública vertido no Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei nº18/2008, de 29 de Janeiro.

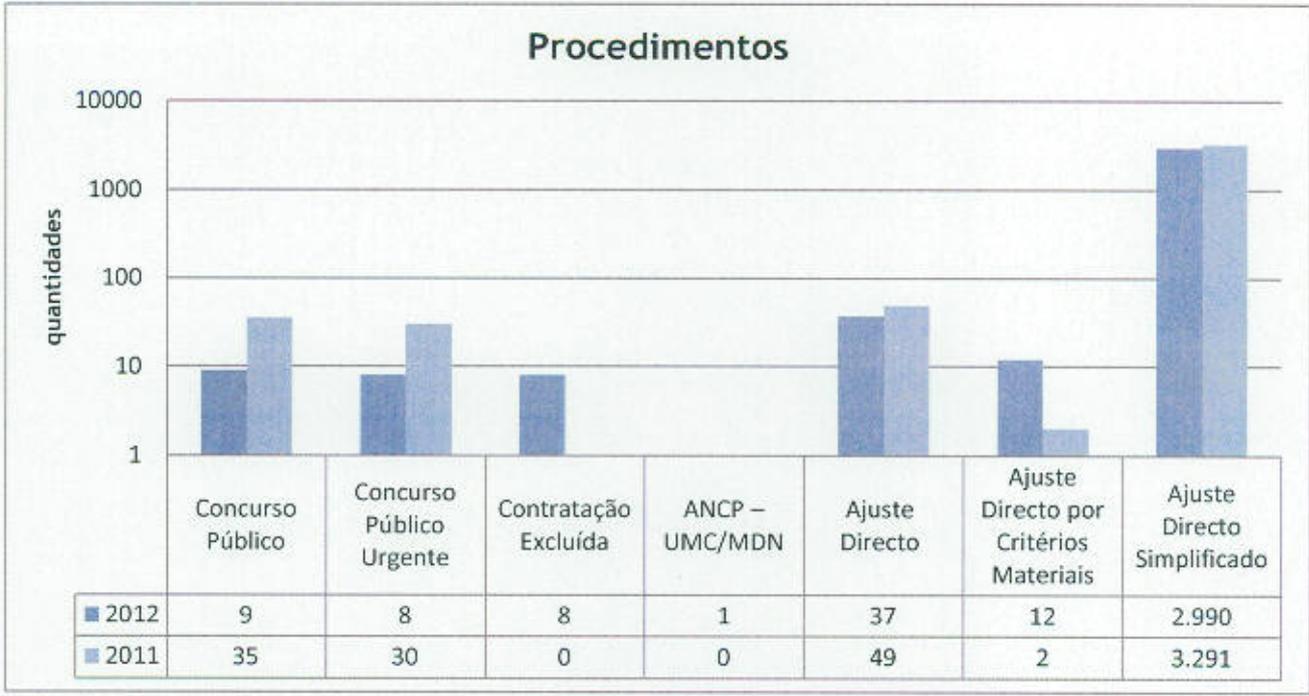
Estando sujeita ao mencionado regime legal, encontra-se qualquer aquisição, seja ela de bens ou serviços, bem como qualquer empreitada, submetidas às regras aplicáveis aos procedimentos para a formação de contratos, nele previstos.

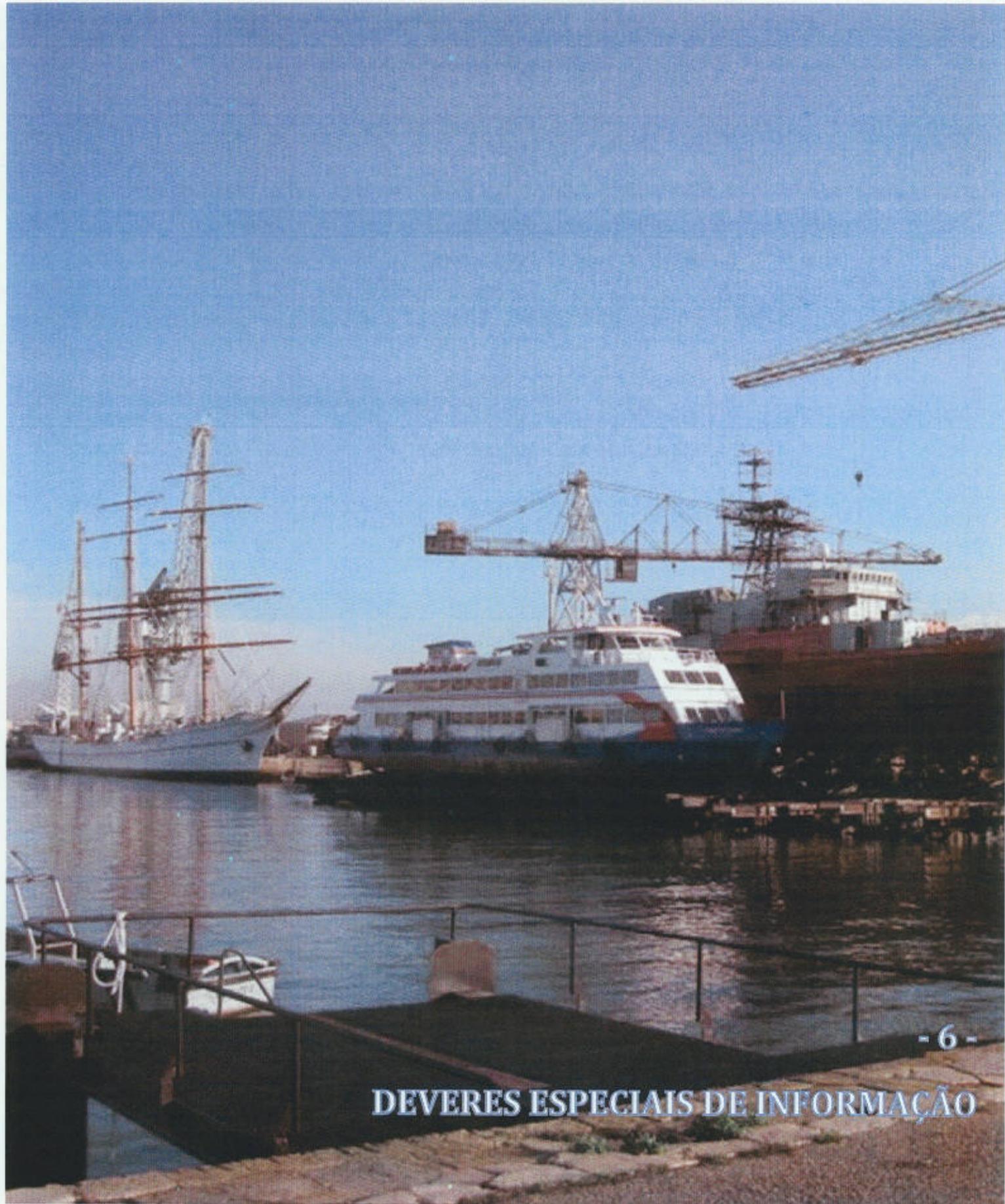
Durante o ano de 2012, foram efectuadas 3.065 requisições ao mercado, das quais cerca de 77% correspondem a aquisição de bens e 23% a aquisição de serviços.

Em virtude da actividade da empresa, com um grande número de especialidades operacionais e uma elevada diversidade de meios intervencionados, 88% das requisições ao mercado dizem respeito a aquisições de valor inferior a 1.000€, pelo que o procedimento mais adoptado foi o “Ajuste Directo Simplificado”.

Requisições ao Mercado		
Valor	Quantidades	%
Inferior a 1.000€	2.701	88,13%
Superior ou igual a 1.000€ e inferior a 5.000€	298	9,72%
Superior ou igual a 5.000€ e inferior a 50.000€	50	1,63%
Superior ou igual a 50.000€ e inferior a 100.000€	8	0,26%
Superior ou igual a 100.000€	8	0,26%
	3.065	100%

Procedimentos de Contratação	Quantidades	%
Concurso Público	9	0,29%
Concurso Público Urgente	8	0,26%
Contratação Excluída	8	0,26%
ANCP - UMC/MDN	1	0,03%
Ajuste Directo	37	1,21%
Ajuste Directo por Critérios Materiais	12	0,39%
Ajuste Directo Simplificado	2.990	97,55%
	3.065	100%





- 6 -

DEVERES ESPECIAIS DE INFORMAÇÃO

DEVERES ESPECIAIS DE INFORMAÇÃO

Com o intuito de dar cumprimento aos deveres de prestação de informação das Entidades Públicas Reclassificadas no perímetro das administrações públicas na óptica da contabilidade nacional, a Arsenal do Alfeite, S.A. presta informações às seguintes entidades:

Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE)

Nos termos da Lei nº 57/2011, de 28 de Novembro, a AASA procedeu ao carregamento e actualização dos dados do SIOE, trimestralmente.

Sistema de Informação e Gestão Orçamental (SIGO)

Em conformidade com o artigo 65º do diploma de execução orçamental, Decreto-Lei nº 32/2012, de 13 de Fevereiro, procede-se, mensalmente, ao carregamento dos encargos com o pessoal no SIGO.

Execução Orçamental do Estado para 2012

Em conformidade com o artigo 65º do diploma de execução orçamental, Decreto-Lei nº 32/2012, de 13 de Fevereiro, procede a Arsenal do Alfeite, S.A à prestação da seguinte informação:

		Periodicidade	Prazo
As contas da Execução Orçamental - receitas e despesas	SIGO	Mensal	10
Alterações Orçamentais - receitas e despesas	SIGO	Mensal	10
Deslocações em Território Nacional e Estrangeiro	Serviços Online	Mensal	15
Fundos Disponíveis	Serviços Online	Mensal	Até ao 5º dia Útil
Compromissos e Contas a Pagar	SIGO	Mensal	10
Informação relativa à Unidade de Tesouraria - Artigo 89º da Lei 64-B/2011 de 31 de Dezembro	Serviços Online	Mensal	15
Declaração de Compromissos plurianuais e de Pagamentos em atraso	Serviços Online	Anual	31-Mar
Compromissos Plurianuais	SIGO	Trimestral	Até ao dia 15 de mês seguinte
Balanço e Demonstração de Resultados Previsionais do ano	Serviços Online	Trimestral	Até ao dia 30 do mês seguinte
Situação da Dívida e Activos em Tit Dívida emitidos pelas Adm Públicas	Serviços Online	Trimestral	Até ao dia 30 do mês seguinte
Balancetes Analíticos	Serviços Online	Mensal	Até ao final do mês seguinte
Demonstração de Fluxos de Caixa (modelo SNC)			Até ao final do mês seguinte
Estimativa do Balanço e Demonstração de Resultados	Serviços Online	Anual	28 de Fev do ano seguinte
Balancete Analítico Previsional para o Ano em Curso e Seguintes	Serviços Online	Anual	

Prestação de Informação ao INE

		Periodicidade	Prazo
Inquérito ao Volume de Negócios e Emprego (IVNE)	Serviços Online	Mensal	10

Prestação de Informação à Empordef

		Periodicidade	Prazo
Demonstrações Financeiras - Balanço /DR/Disponibilidades/DFC		Mensal	15
Relatório de Controlo de Gestão		Mensal	15
Prazo Médio de Pagamentos a Fornecedores		Mensal	15
Responsabilidades Contingentes		Mensal	15
Dividas Vencidas (art 1º DL nº 65-A/2011)		Mensal	15
Avaliação do Cumprimento Plano Red Custos Operacionais (Despacho nº 902/11 - SETF)		Mensal	15
Acompanhamento do Passivo Remunerado			N/A
Endividamento Remunerado			N/A
Execução Esforço Financeiro Público			N/A
Execução Acompanhamento Passivo Remunerado			N/A
Execução Responsabilidades com Pensões			N/A
Execução dos Indicadores Actividade		Mensal	31
Execução da Unidade Tesouraria do Estado		Mensal	31

Prestação de Informação à Secretaria-Geral do MDN

		Periodicidade	Prazo
Projeção de despesas e de receitas até ao fim do ano (base mensal)		Mensal	8
Justificação para os desvios apurados no decurso da execução orçamental, bem como medidas correctivas e prazos de correcção daqueles desvios		Mensal	8



LIMITES DE ENDIVIDAMENTO

- 7 -



LIMITES DE ENDIVIDAMENTO

Tendo em consideração o Despacho do Senhor Ministro de Estado e das Finanças n.º 101/2009, de 30 de Janeiro e n.º 155/2011, de 28 de Abril, foi dado o devido cumprimento ao determinado quanto ao endividamento ou assunção de responsabilidades, o qual sujeita qualquer despesa que exceda 5% do capital estatutário ou social, mesmo que previsto no respectivo orçamento ou plano de investimentos aprovado pelas tutelas financeira e sectorial, a autorização do membro do Governo responsável pela área das Finanças.

Assim, não foi efectuada, no ano de 2012, qualquer despesa que exceda o limite acima mencionado.



- 8 -

PERSPECTIVAS FUTURAS

PERSPECTIVAS FUTURAS

O fecho do ano de 2012 encerrou um ano particularmente penoso em termos de volume de encomendas realizadas.

Sabemos já, e o início de 2013 tem-no demonstrado, que, embora num mesmo quadro restritivo consonante com a grave situação financeira com que se debate o nosso país, o volume de trabalhos que é previsto fornecer ao nosso cliente principal, a Marinha Portuguesa, será bastante melhor que o do ano que terminou.

Embora sensível, esta melhoria não é suficiente para assegurar por si só a sustentação económica do estaleiro, pelo que será necessário encontrar outras soluções e outros mercados.

Tem sido esta a aposta desta Administração que, desde o ano passado, se tem empenhado na busca de outros clientes e na oferta de outros produtos que não a reparação naval.

Neste âmbito, estamos optimistas pela qualidade e competitividade da nossa oferta de lanchas pequenas e médias, a qual, temos a certeza, se virá em breve a materializar em novas construções.

Até lá, temos todos de, com espírito de sacrifício e vontade de vencer, suportar e resistir aos momentos difíceis que iremos atravessar neste ano de 2013, o que exige o máximo de rigor e cuidado nas atitudes individuais e colectivas. Só assim conseguirá o estaleiro ultrapassar as dificuldades que se avizinham e, desejavelmente, concretizar uma estratégia de crescimento, diversificação e mercados e internacionalização.



- 9 -

ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

A leitura deste capítulo deve ser feita em conjugação com as demonstrações financeiras e notas anexas adiante apresentadas.

Situação Económica

	(Valores expressos em Milhares de Euros)	
	2012	2011
Resultado Líquido	-5.494,67	-2.265,33
Resultado Operacional/Rendimentos Operacionais	-43,3%	-18,3%
Resultado Líquido/Rendimentos Operacionais	-40,6%	-12,8%
Resultado líquido/capital próprio	-4,9%	-1,9%

A AASA encerrou o 2012 com um resultado líquido negativo de 5.494,67 milhares de euros, correspondente a uma margem líquida negativa sobre os rendimentos operacionais de 40,6%, a uma rentabilidade negativa do capital próprio de 4,9%.

	(Valores expressos em Milhares de Euros)	
	2012	2011
Rendimentos Operacionais	13.533,02	17.751,95
Gastos Operacionais	19.390,21	21.005,26
Resultado Operacional	-5.857,19	-3.253,31
Resultado Financeiro	450,78	1.040,50
Imposto sobre o Rendimento do Período	-88,26	-52,52
Resultado Líquido do Período	-5.494,67	-2.265,33

Os rendimentos operacionais atingiram 13.533,02 milhares de euros, correspondendo a um decréscimo de cerca de 24% face ao período homólogo.

	(Valores expressos em Milhares de Euros)	
	2012	2011
Vendas	74,30	-
Serviços Prestados	10.250,40	13.731,27
Subsídios à Exploração	27,84	38,02
Trabalhos para a Própria Entidade	210,33	843,22
Outros Rendimentos e Ganhos	2.970,15	3.139,43
Rendimentos Operacionais	13.533,02	17.751,95

Este decréscimo foi motivado pela diminuição dos serviços de reparação naval prestados ao principal cliente - Marinha Portuguesa.



De salientar que os rendimentos operacionais incluem o montante de 2.881,08 milhares de euros referente ao subsídio do governo não monetário associado à concessão dos activos não correntes (2.884,32 milhares de euros - 2011). O subsídio não monetário é imputado numa base sistemática como rendimento do exercício durante as vidas úteis dos activos com os quais se relaciona.

Os gastos operacionais registaram uma redução de 1.615,04 milhares de euros face ao ano anterior particularmente visível ao nível dos gastos com pessoal (- 1.572,21 milhares de euros) e dos fornecimentos e serviços externos (-562,65 milhares euros).

(Valores expressos em Milhares de Euros)

	2012	2011
CMVMC	1.168,56	1.068,34
FSE	2.163,96	2.726,61
C Pessoal	12.355,24	13.927,45
Imparidade	209,13	77,03
Outros Gastos e Perdas	49,09	98,89
Gastos de Dep. e de Amortização	3.444,22	3.106,93
Gastos Operacionais	19.390,21	21.005,26

O decréscimo do volume de negócios da Empresa no exercício de 2012 e os esforços efectuados pela Empresa na racionalização de gastos e na concretização das medidas estabelecidas no programa de estabilidade e crescimento 2010/2013 e na Lei n.º.12-A/2010, de 30 de Junho, tiveram um impacto nos gastos operacionais registados nas rubricas de "Fornecimentos e serviços externos".

(Valores expressos em Milhares de Euros)

	2012	2011	2010
Subcontratos	576,57	856,26	2.150,80
Trabalhos Especializados	95,82	122,26	130,93
Publicidade e Propaganda	8,72	17,41	15,71
Vigilância e Segurança	97,54	101,89	102,10
Honorários	62,75	77,63	271,91
Conservação e Reparação	90,38	200,53	260,29
Materiais	29,70	55,38	95,96
Electricidade	374,03	311,27	376,98

Combustíveis	60,53	72,06	58,86
Gás	42,46	37,68	30,03
Deslocações, Estadas e Transporte	49,59	40,87	79,52
Rendas e Alugueres	243,66	269,80	305,18
Comunicação	28,73	49,50	45,72
Seguros	129,31	215,52	232,54
Contencioso e Notariado	0,63	3,31	0,10
Despesas de Representação	8,87	13,26	20,13
Limpeza, Higiene e Conforto	247,74	267,83	550,02
Diversos	16,93	14,16	6,87
	2.163,96	2.726,61	4.733,65

Os encargos com pessoal ascenderam a 12.355,24 milhares de euros, menos 11% face aos valores de 2011 reflectindo o decréscimo do efectivo médio de Pessoal, a aplicação das reduções remuneratórias e as medidas de redução da despesa previstas, nomeadamente, na Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, no Decreto-Lei n.º 137/2010, de 28 de Dezembro, na Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro e no Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de Janeiro.

	(Valores expressos em Milhares de Euros)	
	2012	2011
Órgãos Sociais		
Remunerações	115,25	201,50
Encargos sobre Remunerações	16,50	23,38
Seguro de Saúde	1,23	2,24
	132,98	227,12
Pessoal		
Remunerações	10.180,37	11.446,88
Encargos sobre Remunerações	1.433,69	1.578,57
ADSE	307,71	324,56
Seguro de Saúde	25,19	24,65
Seguro de Acidentes no Trabalho	144,06	162,43
Gastos de Acção Social	49,14	75,85
Outros Gastos	82,10	87,39
	12.222,26	13.700,33
	12.355,24	13.927,45

Os ganhos associados à aplicação de excedentes de tesouraria constituíram a principal componente dos resultados financeiros que à data de 31 de Dezembro ascenderam a 450 milhares de euros.

Situação Financeira e Patrimonial

	(Valores expressos em Milhares de Euros)	
	2012	2011
Activo não corrente	89.365,83	92.547,63
Activo corrente	26.295,61	31.389,50
Total do Activo	115.661,44	123.937,12

	2012	2011
Capital próprio	112.842,92	121.218,67
Passivos não correntes		19,97
Passivos correntes	2.818,51	2.698,48
Total do Capital Próprio e Passivo	115.661,44	123.937,12

O total do **activo líquido** em 31 de Dezembro de 2012 era de 115.661,44 milhares de euros, tendo registado um decréscimo de 7% em relação a 31 Dezembro de 2011.

O valor do **activo não corrente** ascendia em 31 de Dezembro de 2012 a 89.365,83 milhares de euros, menos 3.181,8 milhares de euros face à posição em final de 2011.

	(Valores expressos em Milhares de Euros)	
	2012	2011
Activos fixos tangíveis	89.324,98	92.448,66
Activos intangíveis	20,42	46,35
Participações financeiras - outros métodos	0,50	0,50
Activos por impostos diferidos	19,93	52,11
	89.365,83	92.547,63

O nível de investimento em activos tangíveis realizado em 2012 no montante de 294,72 milhares de euros, não superou as depreciações do ano no montante de 3.418,29 milhares de euros.

Salienta-se que o montante de depreciações referente a activos transferidos para a AASA, ao abrigo do contrato de concessão ascende a 2.881,08 milhares de euros.

A nível do **activo corrente**, destaca-se a redução ocorrida na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” que à data de 31 de Dezembro de 2012 apresentava um saldo de 5.345,64 milhares de euros (12.254,09 milhares de euros em 2011), reflectindo a necessidade de financiamento da actividade operacional da Empresa.

O **capital próprio** da Empresa diminui de 121.218,67 milhares de euros para 112.842,92 euros em consequência do reconhecimento do subsídio do governo não monetário (2.881,08 milhares de euros) e do resultado negativo do exercício de 2012 (- 5.494,67 milhares de euros).

O total do **passivo corrente** registou um acréscimo de 120,03 milhares de euros quando comparado com o ano anterior.

	(Valores expressos em Milhares de Euros)	
	2012	2011
Fornecedores	690,57	474,74
Estado e outros entes públicos	886,83	751,42
Financiamentos obtidos	19,97	37,43
Outras contas a pagar	1.220,37	1.434,15
Diferimentos	0,76	0,74
	2.818,51	2.698,48



- 10 -

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

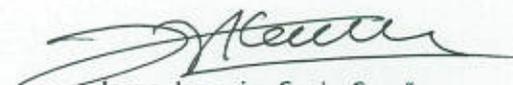
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do Artigo 23º dos Estatutos da empresa, o Conselho de Administração propõe a transferência para a conta Resultados Transitados do prejuízo apurado no exercício no montante de € 5.494.667,47.

Almada, 19 de Março de 2013

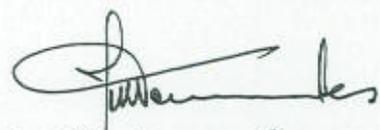
O Conselho de Administração

Administrador



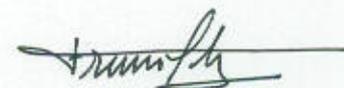
Jorge Joaquim Crujo Camões

Administrador

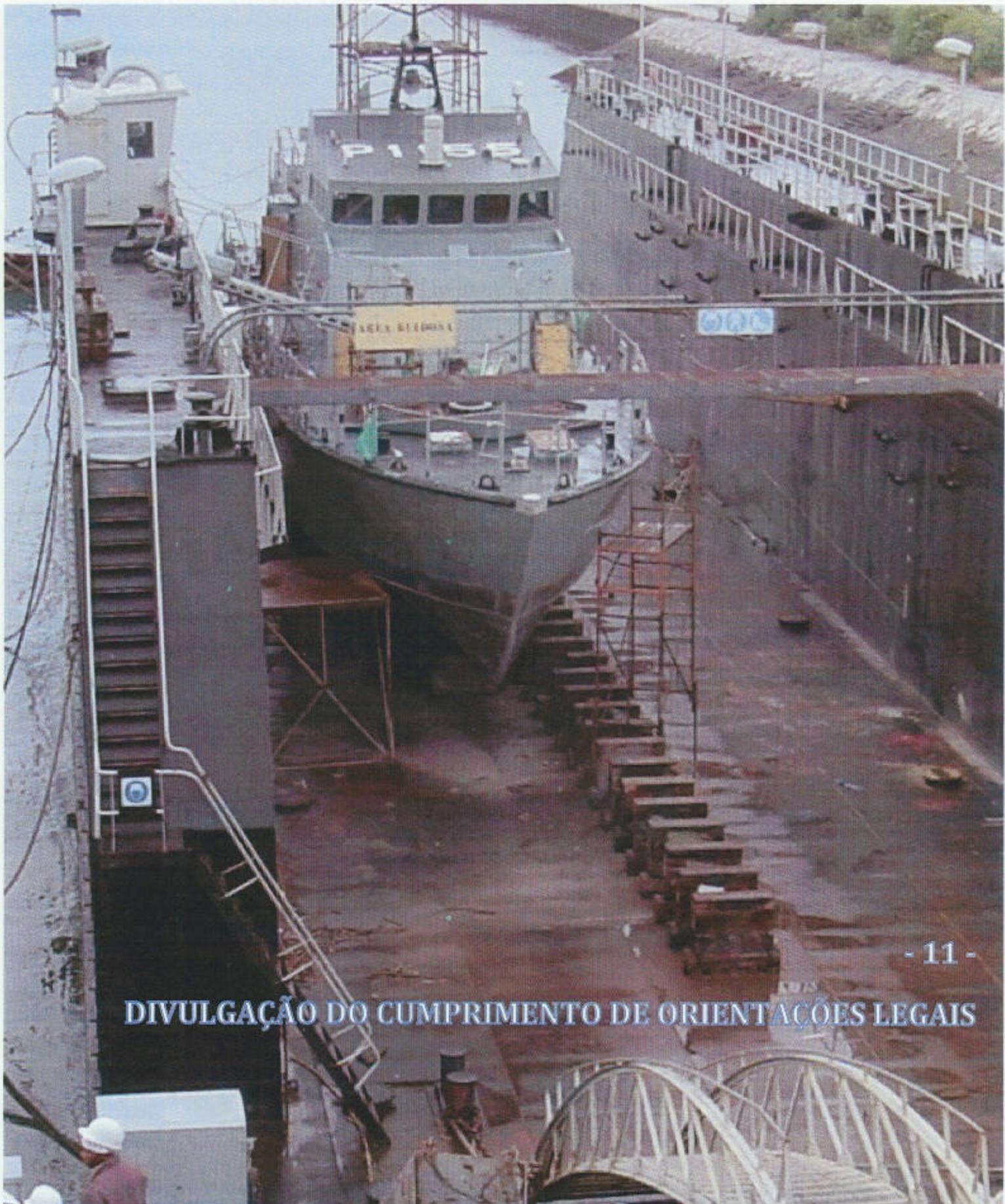


José Miguel Antunes Fernandes

Administrador



Francisco de Figueiredo e Silva Cunha Salvado



- 11 -

DIVULGAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE ORIENTAÇÕES LEGAIS

DIVULGAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

Objectivos de Gestão, em conformidade com o Artigo 11º do Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de Agosto		Reflectido no ponto 1.1 do presente Relatório
Gestão do Risco Financeiro		Reflectido no ponto 1.7 do presente Relatório
Prazo de Pagamento a Fornecedores		Reflectido no ponto 11.3 do Relatório Governo da Sociedade 2012
Deveres Especiais de Informação		Reflectido no ponto 1.6 do presente Relatório
Resultados obtidos/Recomendações do Accionista		Reflectido no ponto 1.2 do presente Relatório
Remunerações	Órgãos sociais	Reflectido no ponto 5 do Relatório Governo da Sociedade
	Não atribuição de prémios de gestão, nos termos do Artigo 29 da Lei n.º 64-B/2011;	Reflectido no ponto 5 do Relatório Governo da Sociedade
	Aplicação das reduções remuneratórias, nos termos do Artigo 20 da Lei n.º 64-B/2011	Reflectido no ponto 5 do Relatório Governo da Sociedade
	Aplicação da Redução de 5%, nos termos do Artigo 12 da Lei n.º 12-A/2010;	Reflectido no ponto 5 do Relatório Governo da Sociedade
	Suspensão do pagamento de subsídios de férias e de Natal ou equivalentes, nos termos do Artigo 21 da Lei n.º 64-B/2011.	Reflectido no ponto 5 do Relatório Governo da Sociedade
	Aplicação da redução remuneratória do Auditor Externo, nos termos do Artigo 26º da Lei n.º 64-B/2011;	Reflectido no ponto 5 do Relatório Governo da Sociedade
	Aplicação da redução remuneratória aos demais trabalhadores;	Reflectido no ponto 1.4 do presente Relatório
	Suspensão do pagamento de subsídios de férias e de Natal ou equivalentes (restantes trabalhadores)	Reflectido no ponto 1.4 do presente Relatório
Aplicação do disposto no artigo 32º do Estatuto do Gestor Público (Decreto-Lei n.º 08/2012, de 18 de Janeiro)		Reflectido no ponto 5 do Relatório Governo da Sociedade
Contratação Pública	Modo de aplicação das normas de contratação vigentes em 2012	Reflectido no ponto 1.5 do presente Relatório
	Actos ou contratos celebrados com valor superior a 5M€ e sujeição a visto prévio	Reflectido no ponto 1.5 do presente Relatório
Racionalização da Política de Aprovisionamento de bens e serviços	Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)	Reflectido no ponto 3 do Relatório Governo da Sociedade
	Parque de Veículos do Estado	N/A
Princípio da Igualdade do Género		Reflectido no ponto 6.4 do Relatório Governo da Sociedade
Cumprimento Plano de Redução de Custos		Reflectido no ponto 3 do Relatório Governo da Sociedade

Redução do número de efectivos e cargos dirigentes, conforme ofício-circular n.º 82, de 6 de Janeiro	Reflectido no ponto 3 do Relatório Governo da Sociedade e I.4 do Presente Relatório
Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado, conforme Artigo 89º da Lei n.º 64-B/2011, de 31 de Dezembro	Reflectido no ponto I.6 do presente Relatório

Sistematização da Informação

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
Objectivos de Gestão:					
Equilíbrio Financeiro da Empresa		x			Ponto I.1 do Relatório & Contas
Redução da despesa - Gastos com Pessoal	x			100%	Ponto I.1 do Relatório & Contas
Redução da despesa - Gastos com FSE	x			100%	Ponto I.1 do Relatório & Contas
Gestão do Risco Financeiro			x	Não aplicável	
Limites de Crescimento do Endividamento	x			100%	Ponto I.7 do Relatório & Contas
Evolução do PMP a fornecedores				Sem variação significativa. De 57,91 dias em 2011 para 57,81 dias em 2012	Ponto 11.3 do Relatório Governo da Sociedade
Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	x			100%	Pontos 11.3 do Relatório Governo da Sociedade - A 31.12.2012, todas as dívidas a fornecedores eram inferiores a 90 dias
Deveres Especiais de Informação	x			100%	Ponto I.6 do Relatório & Contas
Recomendações do accionista na aprovação de contas:					
Cumprimento dos objectivos de gestão	x			Não aplicável	Ponto I.2 do Relatório & Contas
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 29.º da Lei 64-B/2011	x			Não aplicável	Ponto 5 do Relatório Governo da Sociedade
Órgãos sociais - redução remuneratória nos termos do art.º 20.º da Lei 64-B/2011	x			10,390,35 Euros	Ponto 5 do Relatório Governo da Sociedade
Órgãos Sociais - redução de 5% por aplicação artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010	x			5,468,60 Euros	Ponto 5 do Relatório Governo da Sociedade
Órgãos Sociais - suspensão sub. Férias e natal, nos termos do art.º 21º da Lei 64-B/2011	x			14,363,96 Euros	Ponto 5 do Relatório Governo da Sociedade
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do artº 26º da Lei 64-B/2011	x			1.600,00 Euros	Ponto 5 do Relatório Governo da Sociedade
Restantes trabalhadores - redução remuneratória, nos termos do art.º 20º da Lei 64-B/2011	x			203.159,93 Euros	Ponto I.4 do Relatório & Contas
Restantes trabalhadores - suspensão sub. Férias e natal, nos termos do art.º 21º da Lei 64-B/2011	x			1.423.590,95 Euros	Ponto I.4 do Relatório & Contas
Artigo 32º do EGP					
Utilização de cartões de crédito		x		Não aplicável	Ponto 5 do Relatório Governo da Sociedade
Reembolso de despesas de representação pessoal		x		Não aplicável	Ponto 5 do Relatório Governo da Sociedade
Contratação Pública					
Normas de contratação pública	x			Não aplicável	Ponto I.5 do Relatório & Contas
Normas de contratação pública pelas participadas	x			Não aplicável	Ponto I.5 do Relatório & Contas
Contratos submetidos a visto prévio do TC			x	0	
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	x			0,03%	Ponto I.5 do Relatório & Contas
Parque Automóvel			x	Não aplicável	
Princípio da Igualdade do Género					
Igualdade no acesso ao emprego, formação e promoção	x			Não aplicável	Ponto 6.4 do Relatório Governo da Sociedade
Plano de Redução de Custos					
Gastos com pessoal	x			Variação de menos 24,4% face a 2010	Ponto 3 do Relatório Governo da Sociedade



Fornecimentos e Serviços Externos	x	Variação de menos 54,29% face a 2010	Ponto 3 do Relatório Governo da Sociedade
Redução nº Efectivos e Cargos Dirigentes			
Nº de efectivos	x	Variação de menos 9,35% face a 2010	Ponto 3 do Relatório Governo da Sociedade
Nº de cargos dirigentes	x	Variação de menos 22,23% face a 2010	Ponto 3 do Relatório Governo da Sociedade
Princípio da Unidade de Tesouraria	x	97,14% Em 31.12.2012	Ponto 1.6 do Relatório & Contas



II - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 e 2011

(Valores expressos em Euros)

	Notas	31.12.2012	31.12.2011
<u>Activos não correntes</u>			
Activos fixos tangíveis	8 e 11	89.324.977,03	92.448.660,34
Activos intangíveis	9	20.420,41	46.354,69
Participações financeiras - outros métodos	10	500,00	500,00
Activos por impostos diferidos	19	19.931,30	52.113,15
Total de activos não correntes		89.365.828,74	92.547.628,18
<u>Activos correntes</u>			
Inventários	12	358.713,59	367.543,99
Clientes	13	2.754.446,06	456.957,35
Estado e outros entes públicos	14	29.390,73	389.720,50
Outras contas a receber	15	17.796.196,02	17.847.192,31
Diferimentos	16	11.220,59	73.996,61
Caixa e equivalentes a caixa	6	5.345.640,13	12.254.085,80
Total de activos correntes		26.295.607,12	31.389.496,56
TOTAL DO ACTIVO		115.661.435,86	123.937.124,74
<u>Capital próprio</u>			
Capital realizado	17	32.400.000,00	32.400.000,00
Reserva legal	17	178.325,86	178.325,86
Resultados Transitados	17	350.425,67	2.615.755,72
Outras variações no capital próprio	17	85.408.838,13	88.289.917,44
Resultado líquido do período	17	-5.494.667,47	-2.265.330,05
Total do capital próprio		112.842.922,19	121.218.668,97
<u>Passivos não correntes</u>			
Financiamentos obtidos	11		19.973,91
		0,00	19.973,91
<u>Passivos correntes</u>			
Fornecedores	18	690.569,08	474.736,93
Estado e outros entes públicos	14	886.832,37	751.421,29
Financiamentos obtidos	11	19.973,91	37.429,06
Outras contas a pagar	15	1.220.373,46	1.434.153,37
Diferimentos	16	764,85	741,21
Total de passivos correntes		2.818.513,67	2.698.481,86
TOTAL DO PASSIVO		2.818.513,67	2.718.455,77
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		115.661.435,86	123.937.124,74

As notas anexas fazem parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Valores expressos em Euros)

	Notas	Capital Realizado	Reserva Legal	Resultados Transitados	Outras Variações no Capital Próprio	Resultado Líquido do Período	Total do Capital Próprio
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	17	32.400.000,00	178.325,86	2.615.755,72	88.289.917,44	-2.265.330,05	121.218.668,97
Alterações no Período							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	17	-	-	-	-2.881.079,31	-	-2.881.079,31
		-	0,00	0,00	-2.881.079,31	0,00	-2.881.079,31
Resultado Líquido do Período		-	-	-	-	-5.494.667,47	-5.494.667,47
Resultado Integral						-5.494.667,47	-8.375.746,78
Operações com Detentores de Capital no Período							
Aplicação do resultado líquido do período findo 31.12.2011	17	-	-	-2.265.330,05	-	2.265.330,05	0,00
		-	0,00	-2.265.330,05	0,00	2.265.330,05	0,00
Saldo em 31 de Dezembro de 2012		32.400.000,00	178.325,86	350.425,67	85.408.838,13	-5.494.667,47	112.842.922,19

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2011

(Valores expressos em Euros)

	Notas	Capital Realizado	Reserva Legal	Resultados Transitados	Outras Variações no Capital Próprio	Resultado Líquido do Período	Total do Capital Próprio
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	17	32.400.000,00	39.731,24	675.431,06	91.174.233,09	2.771.892,37	127.061.287,76
Alterações no Período							
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	17	-	-	-	-2.884.315,65	-	-2.884.315,65
		-	0,00	0,00	-2.884.315,65	0,00	-2.884.315,65
Resultado Líquido do Período		-	-	-	-	-2.265.330,05	-2.265.330,05
Resultado Integral						-2.265.330,05	-5.149.645,70
Operações com Detentores de Capital no Período							
Aplicação do resultado líquido do período findo 31.12.2010	17	-	138.594,62	1.940.324,66	-	-2.078.919,28	0,00
Distribuições	17	-	-	-	-	-692.973,09	-692.973,09
		-	138.594,62	1.940.324,66	0,00	-2.771.892,37	-692.973,09
Saldo em 31 de Dezembro de 2011		32.400.000,00	178.325,86	2.615.755,72	88.289.917,44	-2.265.330,05	121.218.668,97

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio

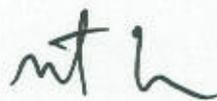
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO DE 2010

(Valores expressos em Euros)

	Capital Realizado	Reserva Legal	Resultados Transitados	Outras Variações no Capital Próprio	Resultado Líquido do Período	Total do Capital Próprio
Saldo em 1 de Setembro de 2009	32.400.000,00	-	-	-	-	32.400.000,00
Alterações no Período						
Adopção do SNC	16.200.000,00	-	-	94.058.803,85	-	77.858.803,85
Resultado líquido do período findo 31.12.2009	-	-	-	-	794.624,78	794.624,78
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	16.200.000,00	-	-	94.058.803,85	794.624,78	111.053.428,63
Alterações no Período						
Aplicação do resultado líquido do período findo 31.12.2009	-	39.731,24	675.431,06	-	-794.624,78	-79.462,48
Realização de 50% do capital	16.200.000,00	-	-	-	-	16.200.000,00
Reconhecimento do rédito do período referente ao subsídio	-	-	-	-2.884.570,76	-	-2.884.570,76
Resultado líquido do período findo 31.12.2010	-	-	-	-	2.771.892,37	2.771.892,37
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	32.400.000,00	39.731,24	675.431,06	91.174.233,09	2.771.892,37	127.061.287,76

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração individual das alterações no capital próprio

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 e 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Valores expressos em Euros)

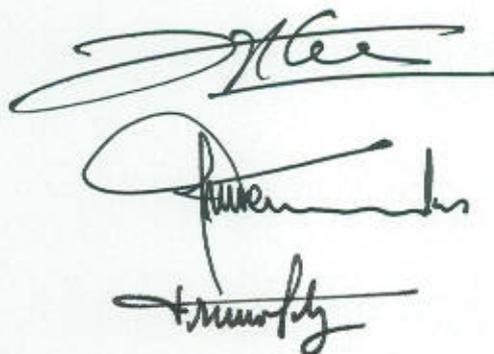
	Notas	31.12.2012	31.12.2011
Vendas e Serviços prestados	20	10.324.699,47	13.731.273,16
Subsídios à exploração	21	27.839,12	38.023,36
Trabalhos para a própria entidade	8	210.333,50	843.216,60
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	-1.168.562,09	-1.068.335,35
Fornecimentos e serviços externos	22	-2.163.963,30	-2.726.611,78
Gastos com pessoal	23	-12.355.242,14	-13.927.454,59
Imparidade de dívidas a receber	13	-209.134,72	-77.028,41
Outros rendimentos e ganhos	24	2.970.152,79	3.139.432,40
Outros gastos e perdas		-49.088,89	-98.892,82
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-2.412.966,26	-146.377,43
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	25	-3.444.220,20	-3.106.932,21
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-5.857.186,46	-3.253.309,64
Juros e rendimentos similares obtidos	26	457.610,07	1.053.765,24
Juros e gastos similares suportados		-6.827,29	-13.263,38
Resultado antes de imposto		-5.406.403,68	-2.212.807,78
Imposto sobre o rendimento do período	19	-88.263,79	-52.522,27
Resultado líquido do período		-5.494.667,47	-2.265.330,05

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



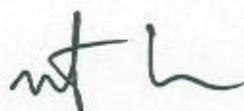
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 e 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Valores expressos em Euros)

	Notas	31.12.2012	31.12.2011
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo:			
Recebimentos de clientes		10.506.429,08	21.393.866,61
Pagamentos a fornecedores		-3.956.444,05	-5.011.454,77
Pagamentos ao Pessoal		-7.878.231,48	-9.248.158,52
Caixa gerada pelas operações		-1.328.246,45	7.134.253,32
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		384.966,55	-1.123.801,89
Pagamentos de IVA e retenções de impostos e taxas		-5.213.807,42	-7.282.544,19
Outros receb./pagam. relativos à actividade operacional		-502.308,11	-889.658,28
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		-6.659.395,43	-2.161.751,04
Fluxos de caixa das actividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos fixos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios de investimento			
Juros e rendimentos similares		98.545,42	362.405,13
Dividendos			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-333.816,46	-1.445.589,75
Activos fixos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-235.271,04	-1.083.184,62
Fluxo de caixa das actividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de capital e de outros instrum. de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento		186.220,80	1.107.217,60
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Dividendos			-692.973,09
Reduções de capital e de outros instrum. de capital próprio			
Outras operações de financiamento		-200.000,00	-2.436.938,33
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-13.779,20	-2.022.693,82
Variações de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-6.908.445,67	-5.267.629,48
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		12.254.085,80	17.521.715,28
Caixa e seus equivalentes no fim do período		5.345.640,13	12.254.085,80

As notas anexas fazem parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2012 e 2011

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração





ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

1. Nota Introdutória

A Arsenal do Alfeite, S.A. (“AASA” ou “Empresa”) com sede no Alfeite, Almada, iniciou a sua actividade no dia 1 de Setembro de 2009, tendo por objecto principal a prestação de serviços que se subsume na actividade de interesse económico geral de construção, manutenção e reparação de navios, sistemas de armamento e de equipamentos militares e de segurança da Marinha, incluindo a prossecução de objectivos essenciais e vitais para a segurança nacional.

O Decreto - Lei n.º 33/2009, de 5 de Fevereiro, constituiu a AASA com a forma de sociedade anónima, com capitais exclusivamente públicos, a qual integra o cluster naval da EMPORDEF, SGPS, S.A., holding das indústrias de defesa portuguesas cuja actividade consiste na gestão de participações sociais detidas pelo Estado em sociedades ligadas directa ou indirectamente às actividades de defesa, como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

O mesmo diploma legal aprovou as bases de concessão e atribuiu à AASA a concessão de serviço público objecto da respectiva constituição, que integra a concessão do uso privativo do domínio público da área dominial ocupada pelo perímetro do Arsenal do Alfeite. Integram ainda a concessão as instalações de área tecnológica de manutenção de torpedos, mísseis e minas no Depósito de Munições NATO de Lisboa, sito no Marco do Grilo, bem como os depósitos privativos de abastecimento de água na Base Naval, no Alfeite.

De acordo com o contrato de concessão celebrado entre o Estado Português e a AASA integram a concessão os bens móveis e imóveis afectos à concessão e os direitos e obrigações destinados à realização do interesse público subjacente à celebração do contrato, nomeadamente:

- As infra-estruturas relativas à exploração da actividade concessionada, designadamente edifícios, construções, equipamento de elevação, cais, pontes cais, planos inclinados, doca seca, doca flutuante, carreiras de construção, subestação de 30 KV, redes eléctricas, telefónicas, de sinal em fibra óptica e de fluidos, (Anexo III do contrato de concessão);
- Os equipamentos necessários à operação das infra-estruturas, (Anexo IV do contrato de concessão);
- Todas as obras, máquinas e aparelhagem e respectivos acessórios utilizados para a exploração da actividade concessionada, não referidos nas alíneas anteriores.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações da Empresa, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”), regulado nos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, com as rectificações da Declaração de Rectificações da Declaração de Rectificação nº 67-B/2009, de 11 de Setembro, e com as alterações introduzidas pela Lei nº 20/2010, de 23 de Agosto;

- Aviso nº 15652/2009, de 7 de Setembro;
- Aviso nº 15654/2009, de 7 de Setembro;
- Aviso nº 16555/2009, de 7 de Setembro;
- Portaria nº 986/2009, de 7 de Setembro;
- Portaria nº 1011/2009, de 9 de Setembro.

Em todos os aspectos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação foram utilizadas as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) que integram o SNC.

O normativo SNC foi utilizado na elaboração das demonstrações Financeiras pela primeira vez em 2010, passando a constituir o referencial de base para os períodos subsequentes.

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas abaixo.

Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos.

3.1 Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis incluem: (i) *bens concessionados*, (ii) *bens reversíveis* e (iii) *bens próprios*.

Consideram-se *bens concessionados*, todos os bens transferidos para a AASA, ao abrigo do contrato de concessão. Enquanto durar a concessão, a concessionária é considerada detentora ou possuidora precária dos referidos bens e obriga-se a manter em bom estado de funcionamento, conservação, limpeza e segurança. No termo da concessão reverterem, sem qualquer indemnização para o Estado Português.

Estes activos fixos tangíveis encontram-se escriturados ao custo considerado, que corresponde ao custo de transferência no momento da cedência, reavaliado ao respectivo valor de mercado em 1 de Setembro de 2009, conforme disposto na NCRF 3 - Adopção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

Os bens adquiridos pela AASA, que resultam de novos investimentos de expansão, de renovação ou de modernização da actividade concessionada, aprovados ou impostos pelo concedente são classificados nas demonstrações financeiras da Empresa como *bens reversíveis*, uma vez que no termo da concessão reverterem para o Estado Português. Aquando da passagem dos referidos bens para o Estado, a concessionária tem direito a uma indemnização calculada em função do valor contabilístico líquido de amortizações fiscais.

Os *bens reversíveis* e os *bens próprios* encontram-se valorizados ao custo, deduzido de depreciações acumuladas e de eventuais perdas por imparidade. Os dispêndios directamente atribuíveis à aquisição dos bens e a sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados ao seu custo.



As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimadas:

	Anos de vida útil
<u>Bens Concessionados</u>	
Edifícios e outras construções	5 - 50
Equipamento básico	3 - 30
Equipamento de transporte	6 - 20
Ferramentas e utensílios	2 - 25
Equipamento administrativo	3 - 25
Outros activos fixos	4 - 30

	Anos de vida útil
<u>Bens Próprios e Bens Reversíveis</u>	
Edifícios e outras construções	12 - 20
Equipamento básico	5 - 8
Equipamento de transporte	4
Ferramentas e utensílios	4 - 6
Equipamento administrativo	3 - 10
Outros activos fixos	1 - 8

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

Os activos fixos tangíveis em curso representam activos tangíveis ainda em fase de construção/produção, encontrando-se registados ao custo de aquisição. Estes activos são depreciados a partir do mês em que se encontrem em condições de ser utilizados para os fins pretendidos.

Sempre que existam indícios de perda de valor dos activos fixos tangíveis, são efectuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do activo, e quando necessário, é registada uma perda de imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do activo, sendo este último calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do activo no fim da sua vida útil.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um activo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transacção e a quantia escriturada do activo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

3.2 Intangíveis

Os activos intangíveis adquiridos são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são reconhecidas numa base de quotas constantes durante a vida útil estimada dos activos intangíveis. As vidas úteis dos vários activos intangíveis são revistas anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

3.3 Transacções e saldos em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são registadas às taxas de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

As diferenças de câmbio, favoráveis ou desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das operações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, são registadas como “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas” na Demonstração dos resultados por naturezas do período.

3.4 Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras, quando são substancialmente transferidos para o locatário todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo, ou como locações operacionais quando não são transferidos para o locatário todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação.

Nos contratos de locação financeira o contrato é registado como um activo e passivo pelo menor entre o justo valor da propriedade locada e o valor das rendas vincendas. Os activos subsequentemente depreciados de acordo com a política estabelecida pela empresa para os activos fixos tangíveis. A componente de gasto financeiro incluída na renda é imputada aos resultados do período a que respeita.

Os pagamentos efectuados no âmbito de uma locação operacional são reconhecidos como gasto numa base linear durante o prazo da locação.

3.5 Inventários

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, incluindo os custos incorridos para colocar os inventários no seu local e em condições de utilização.

O método de custeio dos inventários adoptado pela empresa consiste no custo médio ponderado e o sistema de inventário utilizado é o sistema de inventário permanente.

Sempre que se verifica que a antiguidade dos inventários é significativa, procede-se à redução da quantia escriturada, mediante o reconhecimento de uma perda por imparidade.

3.6 Activos e passivos financeiros

Os activos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Clientes e outras contas a receber

Os saldos de clientes e de outros devedores constituem as contas a receber por serviços prestados pela Empresa no decurso normal da sua actividade. Se é expectável que a sua cobrança ocorra dentro de um ano ou menos, são classificadas como activo corrente. Caso contrário são classificadas como activo não corrente.

As contas a receber encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade são registadas com base na estimativa e avaliação das perdas associadas aos créditos de cobrança duvidosa, na data do balanço, por forma a que reflectam o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados.

Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no activo corrente, caso contrário, são reconhecidos no activo não corrente.

Fornecedores e outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outros credores são responsabilidades respeitantes à aquisição de mercadorias ou serviços pela Empresa no decurso normal da sua actividade. Se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos são classificadas como passivo corrente. Caso contrário, são classificadas como passivo não corrente.

As contas a pagar classificadas como passivo corrente são registadas pelo seu valor nominal.

3.7 Imparidade de activos financeiros

A Empresa analisa a cada data de balanço se existe evidência objectiva que um activo financeiro se encontra em imparidade.

São registados ajustamentos por imparidade quando existam indicadores objectivos de que a Empresa não irá receber todos os montantes que lhe são devidos de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados indicadores como: (i) análise de incumprimento; (ii) incumprimento há mais de 6 meses; (iii) dificuldades financeiras do devedor; (iv) probabilidade de falência do devedor.

O ajustamento para perdas de imparidade é determinado pela diferença entre o valor recuperável e o valor do balanço do activo financeiro e é registada por contrapartida de resultados do exercício. O valor de balanço destes activos é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de ajustamentos.

Quando um montante a receber de clientes e devedores é considerado irrecuperável é abatido por utilização da conta de ajustamentos para perdas de imparidade acumuladas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados.

3.8 Provisões e passivos contingentes

São reconhecidas provisões quando, cumulativamente:

- A Empresa tem uma obrigação presente (legal ou constructiva) resultante de um acontecimento passado;
- Seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido; e
- Exista uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões.

Quando alguma das condições para o reconhecimento de provisões não é preenchida, a Empresa procede à divulgação dos eventos como passivos contingentes. Os passivos contingentes são: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo, ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que uma saída de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessária para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não possa ser mensurada com suficiente fiabilidade.

3.9 Subsídio

O subsídio do governo não monetário associado à concessão (anexos III e IV do contrato de concessão) de activos não correntes (bens concessionados) foi reconhecido no capital próprio, sendo subsequentemente imputado numa base sistemática como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos activos com os quais se relaciona.

3.10 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados directamente no capital próprio. Nestes casos os impostos correntes e os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é baseado no lucro tributável do exercício da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios. O lucro tributável exclui ainda gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos activos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. São reconhecidos activos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses activos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efectuada uma revisão desses activos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os activos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que esteja formal ou substancialmente emitida na data de relato.

3.11 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a empresa;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a empresa;
- Os gastos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transacção à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.12 Trabalhos para a própria entidade

São reconhecidos os gastos dos recursos directamente atribuíveis aos activos tangíveis durante a sua fase de construção quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles activos. São reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna (gastos internos).

3.13 Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação para emissão das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de emissão das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas.

As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efectuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

(i) Activos fixos tangíveis e intangíveis / estimativas de vidas úteis

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição sendo utilizado o método das quotas constantes, a partir da data em que o activo se encontra disponível para utilização, utilizando-se as taxas que melhor reflectem a sua vida útil estimada. Os valores residuais dos activos e as respectivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário em cada data de relato.

(ii) Imparidade de clientes e outras contas a receber

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação que a Empresa faz da probabilidade de recuperação dos saldos de clientes ou de outras contas a receber. Esta avaliação é efectuada em função do tempo de incumprimento e do histórico de crédito do cliente e outros devedores.

(ii) Impostos diferidos

Os impostos diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias e os valores contabilísticos dos activos e passivos e a respectiva base de tributação. Para a determinação dos impostos diferidos é utilizada a taxa de imposto que se espera estar em vigor no período em que as diferenças temporais são revertidas. Os impostos diferidos activos são revistos periodicamente e reduzidos sempre que a sua utilização deixe de ser possível.

3.14 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“*adjusting events*”) são reflectidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“*non adjusting events*”) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.15 Especialização dos exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre as receitas e despesas geradas e os correspondentes montantes facturados são registadas nas rubricas de diferimentos.

4. Políticas de Gestão de Risco Financeiro

A actividade da Empresa encontra-se exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de crédito e o risco de liquidez.

4.1. Risco de crédito

A exposição da Empresa ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua actividade operacional. O risco de crédito refere-se ao risco da contraparte incumprir com as suas obrigações contratuais, resultando uma perda para a Empresa.

O risco de crédito decorrente da actividade operacional está essencialmente relacionado com dívidas de vendas realizadas e serviços prestados a clientes (Nota 13). A gestão deste risco tem por objectivo garantir a efectiva cobrança dos créditos nos prazos estabelecidos sem afectar o equilíbrio financeiro da Empresa. Este risco é monitorizado numa base regular de negócio, sendo que o objectivo da gestão é (a) limitar o crédito concedido a clientes, considerando o prazo médio de recebimento de cada cliente, (b) monitorar a evolução do nível de crédito concedido, e (c) realizar análise de imparidade aos valores a receber numa base regular.

Os ajustamentos para contas a receber são calculados considerando-se (a) o perfil de risco do cliente, (b) o prazo médio de recebimento, o qual difere de negócio para negócio, e (c) a condição financeira do cliente. Os movimentos destes ajustamentos para os exercícios findos a 31 de Dezembro de 2012 e 2011 encontram-se divulgados na Nota 13.

A 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a Empresa considera que não existe a necessidade de reconhecer perdas de imparidade adicionais para além dos montantes registados naquelas datas e evidenciados, de forma resumida, na Nota 13.

4.2. Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações no prazo estipulado e a um preço razoável. A existência de liquidez implica que sejam definidos parâmetros de gestão dessa liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os gastos de oportunidade associados à detenção dessa liquidez de forma segura e eficiente.

A gestão do risco de liquidez da Empresa tem por objectivo:

- Liquidez - garantir o acesso permanente e de forma eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correctos nas respectivas datas de vencimento;
- Segurança - minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e
- Eficiência financeira - garantir a minimização do custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

A Empresa tem como política compatibilizar os prazos de vencimento de activos e passivos, gerindo as respectivas maturidades de forma equilibrada.

5. Alterações de Políticas, Estimativas e Erros

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às consideradas na preparação da informação financeira da AASA relativa ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 e referidas no respectivo anexo, nem foram registados erros materiais ou alterações de estimativas contabilísticas significativas relativas a exercícios anteriores.

6. Fluxos de Caixa

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 o detalhe de caixa e seus equivalentes era o seguinte:

	2012	2011
Numerário	5.750,00	6.203,60
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	539.890,13	1.197.882,20
Aplicações de Tesouraria	4.800.000,00	11.050.000,00
	<u>5.345.640,13</u>	<u>12.254.085,80</u>

A rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende os valores de caixa, depósitos imediatamente mobilizáveis e aplicações de tesouraria no Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público (IGCP).

7. Partes Relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2012, o capital social da Empresa era integralmente detido pela Empordef - Empresa Portuguesa de Defesa, SGPS, S.A..

Os saldos e transacções efectuados com entidades relacionadas durante os exercícios de 2012 e 2011 podem ser detalhados como segue:

Entidade	2012				
	Contas a receber	Contas a pagar	Serviços obtidos	Serviços prestados	Juros debitados
EMPORDEF-Empresa Portuguesa de Defesa (SGPS), S.A. a)	17.783.763,45	-829,50	-674,39	-	348.175,26
EID-Emp. de I e D. de Electrónica, S.A.	-	-	-	-	-
ENVC-Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A.	177.321,51	-	103.800,00	-	-
IDD-Indústria de Desmilitarização e Defesa, S.A.	-	-	-	-	-
NAVALROCHA-Soc. de Const. e Reparação Navais, S.A.	-	-	-	-	-
OGMA-Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A.	19.203,28	-	-	36.597,42	-
	<u>17.980.288,24</u>	<u>-829,50</u>	<u>103.125,61</u>	<u>36.597,42</u>	<u>348.175,26</u>

a) Ver nota 15.

Entidade	2011				
	Contas a receber correntes	Contas a pagar correntes	Serviços obtidos	Serviços prestados	Juros debitados
EMPORDEF-Empresa Portuguesa de Defesa (SGPS), S.A. a)	17.472.812,15	-	-	-	626.666,75
EID-Emp. de I e D. de Electrónica, S.A.	-	-	314,28	-	-
ENVC-Estaleiros Navais de Viana do Castelo, S.A.	293.028,41	6.405,46	-	153.429,60	-
IDD-Indústria de Desmilitarização e Defesa, S.A.	-	-	-	-	-
NAVALROCHA-Soc. de Const. e Reparação Navais, S.A.	22.677,51	-	-	24.070,00	-
OGMA-Indústria Aeronáutica de Portugal, S.A.	8.105,70	-	-	28.260,00	-
	17.796.623,77	6.405,46	314,28	205.759,60	626.666,75

a) Ver nota 15.

8. Activos Tangíveis

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2012 e em 31 de Dezembro de 2011, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos activos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	2012							
	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Constru.	Equip. Básico	Equip. Transporte	Equip. Administrativo	Outros Activos Tangíveis	Activos F Tangíveis em Curso	Total
Activo Bruto								
Saldo inicial	17.644.562,25	49.881.189,25	17.581.114,60	561.705,53	2.550.623,83	9.828.408,38	1.416.061,61	99.463.665,45
Aquisições	-	-	42.866,65	-	22.030,03	3.478,00	226.348,42	294.723,10
Alienações	-	-	-	-	-1.082,41	-	0,00	-1.082,41
Transferências/Abates	-	1.326.737,00	-	-	18.087,53	-	-1.344.824,53	-
Saldo final	17.644.562,25	51.207.926,25	17.623.981,25	561.705,53	2.589.658,98	9.831.886,38	297.585,50	99.757.306,14
Depreciações Acumuladas e Perdas por Imparidade								
Saldo inicial	58.173,34	2.796.131,27	2.390.403,55	98.358,58	570.715,43	1.101.222,94	-	7.015.005,11
Depreciações do exercício	349.040,04	1.223.654,94	1.051.680,51	51.096,48	271.774,23	471.039,72	-	3.418.285,92
Alienações	-	-	-	-	-961,92	-	-	-961,92
Transferências/Abates	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	407.213,38	4.019.786,21	3.442.084,06	149.455,06	841.527,74	1.572.262,66	0,00	10.432.329,11
Activos Líquidos	17.237.348,87	47.188.140,04	14.181.897,19	412.250,47	1.748.131,24	8.259.623,72	297.585,50	89.324.977,03

	2011							
	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Constru.	Equip. Básico	Equip. Transporte	Equip. Administrativo	Outros Activos Tangíveis	Activos F Tangíveis em Curso	Total
Activo Bruto								
Saldo inicial	15.899.362,00	49.736.915,26	17.403.975,51	531.982,78	2.388.610,50	9.801.045,91	2.046.144,37	97.808.036,33
Aquisições	-	144.273,99	132.354,09	29.722,75	144.394,21	27.362,47	1.177.521,63	1.655.629,14

Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências/Abates	1.745.200,25	-	44.785,00	-	17.619,12	-	-1.807.604,37	-	-
Saldo final	17.644.562,25	49.881.189,25	17.581.114,60	561.705,53	2.550.623,83	9.828.408,38	1.416.061,63	99.463.665,47	-
Depreciações Acumuladas e Perdas por Imparidade									
Saldo inicial	-	1.589.466,42	1.351.508,97	54.075,30	303.969,89	630.329,20	-	3.929.349,78	-
Depreciações do exercício	58.173,34	1.206.664,85	1.038.894,58	44.283,28	266.745,54	470.893,74	-	3.085.655,33	-
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências/Abates	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final	58.173,34	2.796.131,27	2.390.403,55	98.358,58	570.715,43	1.101.222,94	0,00	7.015.005,11	-
Activos Líquidos	17.586.388,91	47.085.057,98	15.190.711,05	463.346,95	1.979.908,40	8.727.185,44	1.416.061,63	92.448.660,36	-

Durante o período findo a 31 de Dezembro de 2012, os movimentos registados na rubrica "Activos Fixos Tangíveis em Curso", foram os seguintes:

	Saldo Inicial	Aumentos do ano (a)	Transferência Para Activos Fixos	Saldo Final
Projecto de ampliação e aprofundamento do cais	236.085,50			236.085,50
Projecto para a remodelação do refeitório	61.500,00			61.500,00
Construção da carreira nº 4 a)	692.610,19	68.539,90	761.150,09	0,00
Empreitada de requalificação do edifício - ATSC a)	407.778,39	157.808,52	565.586,91	0,00
Sistema de climatização	18.087,53		18.087,53	0,00
	1.416.061,61	226.348,42	1.344.824,53	297.585,50

a) - Inclui trabalhos para a própria entidade no montante de 1.053.550 Euros

	Trabalhos para a própria Entidade		
	2011	2012	Total
Construção da carreira nº 4	584.194,30	55.474,90	639.669,20
Empreitada de requalificação do edifício - ATSC	259.022,30	154.858,60	413.880,90
	843.216,60	210.333,50	1.053.550,10

As Depreciações do período, no montante de 3.418.285,92 € foram registadas na rubrica "Gastos de depreciação e amortização" (Nota 25).

Em 31 de Dezembro de 2012 os activos fixos tangíveis brutos apresentavam a seguinte composição:

	2012							Activos F Tangíveis em Curso	Total
	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Constru.	Equip. Básico	Equip. Transporte	Equip. Administrativo	Outros Activos Tangíveis	Activos F Tangíveis em Curso		
Activo Bruto									
Bens Concessionados	15.899.362,00	49.390.143,70	17.206.463,25	498.821,70	2.241.272,81	9.784.263,98	0,00	95.020.327,44	
Bens Reversíveis	1.745.200,25	1.817.782,55	392.644,61	29.722,75	293.537,80	25.982,47	297.585,50	4.602.455,93	

Bens Próprios	0,00	0,00	24.873,39	33.161,08	54.848,37	21.639,93	0,00	134.522,77
	17.644.562,25	51.207.926,25	17.623.981,25	561.705,53	2.589.658,98	9.831.886,38	297.585,50	99.757.306,14
Depreciações Acumuladas e Perdas por Imparidade								
Bens Concessionados	0,00	3.953.757,01	3.298.797,32	117.916,30	691.329,61	1.549.689,07	0,00	9.611.489,31
Bens Reversíveis	407.213,38	66.029,20	131.653,65	8.049,86	119.722,45	6.483,24	0,00	739.151,78
Bens Próprios	0,00	0,00	11.633,09	23.488,90	30.475,68	16.090,35	0,00	81.688,02
	407.213,38	4.019.786,21	3.442.084,06	149.455,06	841.527,74	1.572.262,66	0,00	10.432.329,11
Activos Líquidos	17.237.348,87	47.188.140,04	14.181.897,19	412.250,47	1.748.131,24	8.259.623,72	297.585,50	89.324.977,03

Os bens transferidos para a AASA, ao abrigo do contrato de concessão - bens concessionados - encontram-se escriturados ao custo considerado, que corresponde ao custo de transferência no momento da cedência, reavaliado ao respectivo valor de mercado em 1 de Setembro de 2009, conforme disposto na NCRF 3 - Adopção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro.

	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Constru.	Equip. Básico	Equip. Transporte	Equip. Administrativo	Outros Activos Tangíveis	Activos F Tangíveis em Curso	Total
Valor de cedência	1.840.008,29	8.193.974,65	2.731.615,22	497,35	457.487,27	417.062,10	-	13.640.644,88
Reavaliação	14.059.353,71	41.196.169,05	14.474.848,03	498.324,35	1.783.785,54	9.367.201,88	-	81.379.682,56
Custo considerado	15.899.362,00	49.390.143,70	17.206.463,25	498.821,70	2.241.272,81	9.784.263,98	-	95.020.327,44

9. Activos Intangíveis

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2012 e em 31 de Dezembro de 2011, os movimentos ocorridos nos activos fixos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	2012		
	Programas Computador	Outros Activos Intangíveis	Total
Activo Bruto			
Saldo inicial	77.810,00	-	77.810,00
Aquisições	-	-	-
Alienações	-	-	-
Saldo final	77.810,00	-	77.810,00
Depreciações Acumuladas e Perdas por Imparidade			
Saldo inicial	31.455,31	-	31.455,31
Depreciações do exercício	25.934,28	-	25.934,28
Alienações	-	-	0,00
Saldo final	57.389,59	-	57.389,59

2011			
	Programas Computador	Outros Activos Intangíveis	Total
Activos Líquidos			
	20.420,41	-	20.420,41
Activo Bruto			
Saldo inicial	53.116,00	-	53.116,00
Aquisições	24.694,00	-	24.694,00
Alienações	-	-	-
Saldo final	77.810,00	-	77.810,00
Depreciações Acumuladas e Perdas por Imparidade			
Saldo inicial	10.178,43	-	10.178,43
Depreciações do exercício	21.276,88	-	21.276,88
Alienações	-	-	-
Saldo final	31.455,31	-	31.455,31
Activos Líquidos	46.354,69	-	46.354,69

As amortizações do período, no montante de 25.934,28€ foram registadas na rubrica “Gastos de depreciação e amortização” (Nota 25).

10. Participações Financeiras

Em 31 de Dezembro de 2012, a Empresa detinha uma participação associativa no valor de 500,00 € na Relacre - Associação de Laboratórios Acreditados de Portugal.

11. Locações

11.1 Locação Financeira

A Empresa adquiriu no exercício de 2011, equipamento informático em regime de locação financeira (Nota 8)

2012			
	Custo de Aquisição	Depreciações acumuladas	Valor Líquido Contabilístico
Datacenter	110.145,50	64.245,09	45.900,41
Total	110.145,50	64.245,09	45.900,41

2011			
	Custo de Aquisição	Depreciações acumuladas	Valor Líquido Contabilístico
Datacenter	110.145,50	24.474,32	85.671,18
Total	110.145,50	24.474,32	85.671,18

Em 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, as responsabilidades futuras da Empresa ascendem a 20.636,24€ e a 61.908,72€, respectivamente.

2012			
	Capital	Juros	Total
2013	19.973,91	662,33	20.636,24

2011			
	Capital	Juros	Total
2012	37.429,06	3.843,42	41.272,48
2013	19.973,91	662,33	20.636,24

No exercício de 2012 foram reconhecidos gastos com juros no montante de 3.843,42€ (9.166,19€ em 2011), registados na rubrica “Gastos e perdas de financiamento”.

11.2 Locações Operacionais

A Empresa possui equipamento de transporte em regime de locação operacional cujos contratos não compreendem nenhuma cláusula de renovação ou opção de compra no seu final.

À data de 31 de Dezembro de 2012, as responsabilidades futuras ascendem a 155.619,35€.

Rendas Vincendas		
	2013	2014
Locarent - 16 contratos	81.223,62	-
ALD - Automotive Portugal - 4 contratos	28.551,34	8.242,37
Leaseplan - 2 contratos	24.523,06	13.078,97
	134.298,01	21.321,34

No exercício de 2012 foram reconhecidos gastos com rendas no montante de 167.096,51€ (Nota 22).

12. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2012 e em 31 de Dezembro de 2011, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

	2012	2011
Matérias-primas, sub e consumo	356.620,05	367.407,43
Adiantamentos p/ conta de compras	2.093,54	136,56
	358.713,59	367.543,99

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 detalha-se conforme se segue:

2012			
	Mercadorias	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo	Total
Existências iniciais	-	367.407,43	367.407,43
Compras	13.580,00	1.138.737,08	1.152.317,08
Regularização de existências	-	5.457,63	5.457,63

Existências finais	-	(356.620,05)	(356.620,05)
Gasto do Exercício	13.580,00	1.154.982,09	1.168.562,09

2011			
	Mercadorias	Matérias-Primas, Subsidiárias e de Consumo	Total
Existências iniciais	-	338.814,14	338.814,14
Compras	-	1.084.089,38	1.084.089,38
Regularização de existências	-	12.839,26	12.839,26
Existências finais	-	(367.407,43)	(367.407,43)
Gasto do Exercício	0,00	1.068.335,35	1.068.335,35

13. Clientes

Em 31 de Dezembro de 2012 e em 31 de Dezembro de 2011, a Empresa tinha as seguintes dívidas de clientes:

	2012	2011
Clientes	3.069.684,40	426.174,14
Clientes do Grupo (Nota 7)	196.524,79	323.811,62
Adiantamentos de Clientes	-9.600,00	-
Perdas por Imparidade	-502.163,13	-293.028,41
	2.754.446,06	456.957,35

O movimento ocorrido na rubrica de perdas por imparidade foi como se segue:

2012				
	Saldo Inicial	Aumentos	Reversões	Saldo Final
Estaleiros Navais de Viana do Castelo	293.028,41	-	115.706,90	177.321,51
Naveiro Transportes Marítimos SA (Nota 28)	-	324.841,62	-	324.841,62
	293.028,41	324.841,62	115.706,90	502.163,13

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e em 31 de Dezembro de 2011, o movimento ocorrido em “Imparidade de dívidas a receber” na demonstração de resultados foi como segue:

	2012	2011
Imparidade - dívidas a receber	209.134,72	77.028,41
	209.134,72	77.028,41

14. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de Dezembro de 2012 e em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica do “Estado e Outros Entes Públicos” apresentava a seguinte composição:

	2012		2011	
	activo	passivo	activo	passivo
IRC - Imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas	29.390,73	-	389.720,50	-
Retenção do IRS	-	92.145,05	-	102.246,50
IVA - Impostos sobre o valor acrescentado	-	600.773,71	-	437.696,22
CGA - Caixa geral de aposentações	-	165.712,99	-	172.182,07
Segurança social	-	28.200,62	-	29.651,77

ADSE - assistência na doença aos servidores civis do Estado	-	-	-	9.644,73
	29.390,73	886.832,37	389.720,50	751.421,29

O valor de IRC tem a seguinte discriminação:

	2012		2011	
	activo	passivo	activo	passivo
Estimativa do imposto do exercício (Nota 19)	-	56.081,94	-	61.705,42
Pagamento especial por conta	-	-	-	-
Pagamentos por conta	-	-	281.649,00	-
Retenções na fonte	85.472,67	-	169.776,92	-
	85.472,67	56.081,94	451.425,92	61.705,42
IRC	29.390,73		389.720,50	

15. Outras Contas a Receber e a Pagar

Em 31 de Dezembro de 2012 e em 31 de Dezembro de 2011, as rubricas “Outras Contas a Receber” e “Outras Contas a Pagar” apresentavam a seguinte composição:

	2012	2011
Outras Contas a Receber		
Accionistas	17.783.763,45	17.472.812,15
Juros a receber	5.315,94	27.275,04
Prestações de serviços em curso	-	335.376,38
Outros	7.116,63	11.728,74
	17.796.196,02	17.847.192,31

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Accionista” tinha a seguinte composição:

	2012	2011
Empréstimo - Capital	17.063.061,67	17.063.061,67
Empréstimo - Capital	200.000,00	-
Juros - vencidos em 2011	172.526,52	409.750,48
Juros - vencidos em 2012	348.175,26	-
	17.783.763,45	17.472.812,15

No dia 10 de Janeiro de 2013 foi celebrado um contrato de mútuo entre a AASA e a Empordef. Os contraentes acordaram que em cumprimento das competentes deliberações unânimes por escrito, a AASA concedeu à Empordef que aceitou, os seguintes empréstimos:

Data da Deliberação Unânime	Valor	Prazo de Regularização
22 de Junho de 2010	3.000.000,00	4 de Julho de 2010
29 de Outubro de 2012	1.000.000,00	30 de Março de 2010
10 de Novembro de 2010	3.000.000,00	30 de Março de 2011
24 de Novembro de 2010	1.500.000,00	30 de Março de 2011
15 de Dezembro de 2010	2.500.000,00	15 de Março de 2011
16 de Dezembro de 2010	4.500.000,00	20 de Março de 2011

26 de Janeiro de 2011	1.500.000,00	23 de Julho de 2011
26 de Janeiro de 2011	1.000.000,00	24 de Fevereiro de 2011
	<u>18.000.000,00</u>	
Pagamento em 25.Fev.2011 ref à deliberação de 26.Jan.2011	-936.938,33	
	<u>17.063.061,67</u>	

No dia 16 de Março de 2012 foi celebrado um contrato de mútuo entre a AASA e a Empordef, no qual, a AASA concedeu à Empordef que aceitou um empréstimo no valor de 200.000€, pelo prazo de seis meses e automaticamente prorrogável por períodos sucessivos de três meses.

Os empréstimos vencem juros à taxa média ponderada dos depósitos e/ou aplicações a prazos obtidos pela AASA.

	2012	2011
<u>Outras Contas a Pagar</u>		
Fornecedores de Investimento	20.739,06	186.660,68
Remunerações a liquidar a)	967.820,00	980.185,00
Renda - contrato de concessão b)	51.623,50	68.656,36
Outros acréscimos e gastos c)	127.464,33	141.987,06
Pessoal	-	940,78
Outros devedores e credores	52.726,57	55.723,49
	<u>1.220.373,46</u>	<u>1.434.153,37</u>

- Inclui os gastos com férias referentes ao exercício de 2012 a liquidar em 2013.
- Inclui o gasto do exercício de 2012 referente à renda da concessão a pagar ao Estado Português de acordo com a cláusula 18.º do contrato de concessão (Nota 22).
- Inclui essencialmente os gastos com ADSE referentes ao 4º trimestre de 2012 e liquidados no mês de Janeiro de 2013 (75.537,14 €).

16. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2012 e em 31 de Dezembro de 2011, as rubricas do activo corrente e do passivo corrente "Diferimentos" apresentavam a seguinte composição:

	2012	2011
<u>Diferimentos activos</u>		
Seguros	-	47.680,14
Outros gastos a reconhecer	11.220,59	26.316,47
	<u>11.220,59</u>	<u>73.996,61</u>
<u>Diferimentos passivos</u>		
Outros rendimentos diferidos	764,85	741,21
	<u>764,85</u>	<u>741,21</u>

17. Capital Próprio

Em 31 de Dezembro de 2012, o capital da Empresa era composto por 6.480.000 acções nominativas, com valor nominal de 5 €, cada uma, sendo detido na totalidade pela Empordef - Empresa Portuguesa de Defesa,

SGPS, S.A.. No exercício de 2009 foi realizado em dinheiro a parcela de 16.200.000 € e os restantes 50% foram realizados no exercício de 2010.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, a rubrica de “Reserva legal”, apresentava o seguinte detalhe:

	2012	2011
Saldo inicial	178.325,86	39.731,24
Aplicação do resultado líquido do ano anterior	-	138.594,62
Saldo final	178.325,86	178.325,86

Nos períodos findos a 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, realizaram-se os seguintes movimentos na rubrica de “Resultados transitados”:

	2012	2011
Saldo inicial	2.615.755,72	675.431,06
Aplicação do resultado líquido do ano anterior	-2.265.330,05	1.940.324,66
Saldo final	350.425,67	2.615.755,72

Em 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, a informação relativa a subsídios obtidos do governo eram como segue:

	2012	2011
Subsídio não monetário	88.289.917,44	91.174.233,09
Rédito do ano (Nota 24)	-2.881.079,31	-2.884.315,65
	85.408.838,13	88.289.917,44

O subsídio do governo não monetário associado à concessão de activos não correntes foi reconhecido no capital próprio. O valor do subsídio é reconhecido como rédito à medida que os activos com os quais se relaciona vão sendo amortizados.

18. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 esta rubrica respeitava a valores a pagar resultantes de aquisições decorrentes do curso normal das actividades da Empresa. O Conselho de Administração entende que, nessas datas, o valor contabilístico destas dívidas é aproximado ao seu justo valor.

Em 31 de Dezembro de 2012 não existiam contas a pagar a fornecedores com data de vencimento superior a 90 dias.

19. Imposto Sobre o Rendimento

A empresa encontra-se sujeita a impostos sobre os lucros em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas - IRC à taxa de 25% (IRC à taxa normal de 12,5% na parte da matéria colectável que não ultrapasse os 12.500 Euros e 25% na parte excedente em 2011), sendo a Derrama fixada a uma taxa máxima de 1,5% do lucro tributável.

A empresa tem por política reconhecer nas suas demonstrações financeiras o efeito fiscal das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e fiscais. Constituem base para o cálculo de imposto diferido os ajustamentos sobre dívidas a receber não aceites fiscalmente.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2012 e em 31 de Dezembro de 2011 é detalhado conforme se segue:

	2012	2011
Resultado antes de imposto	-5.406.403,68	-2.212.807,78
Taxa nominal de imposto até 12.500 euros	-	14,00%
Taxa nominal de imposto superior a 12.500 euros	-	26,50%
Taxa nominal de imposto	25,00%	-
Imposto esperado	-1.351.600,92	-586.394,06
Diferenças permanentes	3.425,67	-2.773,61
Diferenças temporárias - perdas por imparidade	32.181,84	-9.183,15
Ajustamentos à colecta - tributação autónoma	56.081,94	61.705,42
Outras	-22.165,19	50.443,90
Prejuízos Fiscais gerados sem imposto diferido	1.370.340,44	538.723,77
Imposto sobre o rendimento do exercício	88.263,78	52.522,27
Taxa efectiva de imposto	1,63%	2,37%

IMPOSTO	2012	2011
Imposto corrente do exercício	56.081,94	61.705,42
Imposto diferido gerado no exercício	32.181,85	-9.183,15
	88.263,79	52.522,27

Tal como evidenciado no quadro acima, existem diferenças temporárias dedutíveis (perdas fiscais) relativamente às quais não foi reconhecido qualquer activo por impostos diferidos no balanço por não existirem certezas quanto à sua recuperabilidade.

Descrição	Valor	Ano máximo de dedutibilidade
Prejuízo Fiscal do ano 2011 a)	2.032.919,90	2015
Prejuízo Fiscal do ano 2012 b)	5.481.361,75	2017
	7.514.281,65	

a) o prejuízo fiscal do ano de 2011 pode ser deduzido aos lucros tributáveis, que ocorram até ao ano de 2015.
b) o prejuízo fiscal do ano de 2012 pode ser deduzido aos lucros tributáveis, que ocorram até ao ano de 2017.
A dedução a efectuar em cada um dos períodos de tributação não pode exceder o montante correspondente a 75% do respectivo lucro tributável.

O detalhe dos activos e passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2012 e em 31 de Dezembro de 2011, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é conforme segue:

ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	2012	2011
Perdas de Imparidade	19.931,30	52.113,15
	19.931,30	52.113,15

O movimento ocorrido nos activos e passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2012 e em 31 de Dezembro de 2011 foi como se segue:

	2012	2011
Saldo em 1 de Janeiro	52.113,15	42.930,00
Movimentos do exercício		
Perdas de Imparidade	-32.181,85	9.183,15
Saldo em 31 de Dezembro	19.931,30	52.113,15

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da empresa de 2009 a 2012 podem ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2012.

20. Rédito

Em 31 de Dezembro de 2012 e em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica “Vendas e serviços prestados” apresentava a seguinte composição:

	2012			2011		
	Mercado Interno	Mercado Externo	Total	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
Vendas	74.299,82	-	74.299,82	-	-	-
Prestações de Serviços	10.101.320,96	149.078,69	10.250.399,65	13.608.145,06	122.458,10	13.730.603,16
Outros	-	-	-	670,00	-	670,00
	10.175.620,78	149.078,69	10.324.699,47	13.608.815,06	122.458,10	13.731.273,16

21. Subsídios à Exploração

O detalhe da rubrica é conforme se segue:

	2012	2011
POPH	2.097,12	38.023,36
Eurovip	25.742,00	-
	27.839,12	38.023,36

No exercício de 2012 foram recebidas verbas, no âmbito do projecto EUROVIP. Este projecto visa coordenar PME's na área Europeia marítima, associações, grandes empresas e instituições de pesquisa, para promover a aplicação dos resultados da investigação e tecnologias inovadoras nas PME's, através da transferência de serviços, tecnologia e informação, pela colaboração técnica e operacional.

No exercício de 2011 o montante de 38.023,36 €, resulta do co-financiamento pelo POPH (programa operacional potencial humano) dos gastos incorridos em acções de formação, nomeadamente: (i)

remunerações de formadores, do coordenador pedagógico e pessoal de apoio, (ii) gastos com preparação e organização do Dossier Técnico Pedagógico e (iii) gastos com a reprodução de manuais didáticos.

22. Fornecimentos e Serviços Externos

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios de 2012 e 2011 pode ser detalhada como segue:

	2012	2011
Subcontratos	576.571,49	856.255,41
Trabalhos Especializados	95.817,61	122.257,24
Publicidade e Propaganda	8.719,01	17.411,65
Vigilância e Segurança	97.537,46	101.890,80
Honorários	62.748,33	77.632,53
Conservação e Reparação	90.378,51	200.532,93
Materiais	29.701,46	55.375,45
Electricidade	374.033,92	311.266,42
Combustíveis	60.532,62	72.061,40
Gás	42.459,75	37.678,82
Deslocações, Estadas e Transporte	49.588,55	40.871,29
Rendas e Alugueres	243.660,72	269.799,06
Comunicação	28.734,84	49.499,96
Seguros	129.305,88	215.519,48
Contencioso e Notariado	630,84	3.307,24
Despesas de Representação	8.869,63	13.256,02
Limpeza, Higiene e Conforto	247.744,73	267.831,82
Diversos	16.927,95	14.164,26
	2.163.963,30	2.726.611,78

- a) - Inclui rendas de aluguer de viaturas 167.096,51€ (Nota 11) e renda do contrato de concessão 51.623,51 € (Nota 15).

23. Gastos com Pessoal

A repartição dos gastos com pessoal nos exercícios de 2012 e 2011 é a seguinte:

	2012	2011
Remunerações dos Órgãos Sociais	115.252,37	201.498,20
Remunerações do Pessoal	10.180.365,51	11.446.878,09
Encargos sobre Remunerações	1.757.891,75	1.926.513,28
Seguros de Acidentes no Trabalho	144.060,46	162.431,99
Gastos de Acção Social	75.571,96	75.842,88
Outros Gastos com o Pessoal	82.100,09	114.290,15
	12.355.242,14	13.927.454,59

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2012 e em 31 de Dezembro de 2011 o número de pessoas ao serviço da Empresa era, respectivamente, 597 e 608.

No exercício de 2012 e 2011, foram aplicadas as reduções remuneratórias e as medidas de redução da despesa previstas, nomeadamente, na Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, no Decreto-Lei n.º 137/2010, de 28 de Dezembro, e na Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro.

As remunerações atribuídas ao Conselho de Administração foram as seguintes:

Conselho de Administração	2012	2011
Remuneração anual - ilíquida	123.252,33	201.498,20
Anulação da estimativa de 2011	-7.999,96	-
	115.252,37	201.498,20
Encargos sobre remunerações	16.486,07	23.384,64
Gastos com seguros de saúde	1.229,61	1.229,00
	132.968,05	226.111,84

No exercício de 2012 foi aplicada o Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de Janeiro.

24. Outros Rendimentos e Ganhos

Em 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, a rubrica “outros rendimentos e ganhos” têm a seguinte composição:

	2012	2011
Subsídio não monetário - bens concessionados a)	2.881.079,31	2.884.315,65
Outros	89.073,48	255.116,75
	2.970.152,79	3.139.432,40

a) Subsídio do governo não monetário associado à concessão (anexos III e IV do contrato de concessão) de activos não correntes (Nota 17).

O subsídio não monetário é imputado numa base sistemática como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos activos com os quais se relaciona.

25. Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização

O detalhe da rubrica é conforme se segue:

	2012	2011
Activos Tangíveis (Nota 8)	3.418.285,92	3.085.655,33
Activos Intangíveis (Nota 9)	25.934,28	21.276,88
	3.444.220,20	3.106.932,21

As depreciações dos activos tangíveis reflectem as depreciações dos bens concessionados à Arsenal do Alfeite S.A., que à data de 31 de Dezembro de 2012 ascenderam a 2.881.079,31€ (2.884.315,65 € em 2011).

26. Juros e Rendimentos Similares Obtidos

Em 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, os juros e rendimentos similares obtidos têm a seguinte composição:

	2012	2011
Juros Obtidos de Depósitos	109.434,81	427.098,49
Juros Obtidos de Empréstimos Concedidos (Nota 15)	348.175,26	626.666,75
	457.610,07	1.053.765,24

27. Resultado por Acção

O Resultado por acção dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e em 31 de Dezembro de 2011 foi determinado conforme se segue:

	2012	2011
Resultado líquido do período	-5.494.667,47	-2.265.330,05
Número médio ponderado de acções	6.480.000	6.480.000
Resultado por acção básico	-0,85	-0,35

28. Outras Informações

No decorrer do ano de 2011, foi intentada uma acção judicial pelo consórcio “Slimcei - Sociedade de Limpezas, Manutenção e Comercialização de Equipamentos Industriais, Lda/ Iberlim - Sociedade Técnica de Limpezas, S.A.”, contra a AASA, em virtude da resolução sancionatória do contrato de limpezas industriais e movimentação de cargas, adjudicado a coberto do Concurso Público n.º 01/2009, ocorrida no término do ano de 2010.

A esse respeito, ressalva-se o indeferimento, por parte do Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra, da Providência Cautelar intentada pelo consórcio (Processo n.º 70/11.6BESNT).

No ano de 2012, não se registou qualquer desenvolvimento na Acção Administrativa Especial, cujos Autos correm termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra (Processo 295/11.4BESNT), pelo valor de € 20.560,66.

No ano de 2012, de modo a acautelar a recuperação dos seus créditos vencidos e não pagos, foi intentada pela AASA, uma acção executiva contra a Naveiro - Transportes Marítimos, S.A., pelo valor de € 329.516,78, referentes aos serviços de manutenção naval prestados pelo estaleiro nos navios M/V “Leiria” e “Guimarães”, a qual se encontra em fase de citação, não tendo sido, ainda, registada qualquer penhora.

29. Eventos Subsequentes

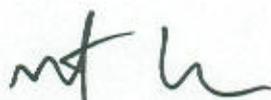
À data da emissão das presentes demonstrações financeiras não existe conhecimento de eventos subsequentes que afectem a apresentação das mesmas ou que requeiram divulgação.

30. Informações Sobre Matérias Ambientais

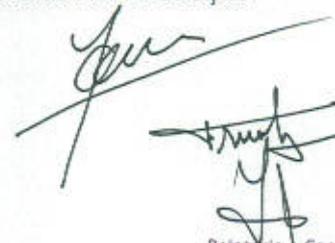
Este tema encontra-se desenvolvido no capítulo “Sustentabilidade Ambiental” do Relatório Governo da Sociedade de 2012.

Almada, 19 de Março de 2013

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração





ARSENAL DO ALFEITE

***Certificação Legal das Contas
e Relatório e Parecer do Fiscal Único***





Certificação Legal das Contas

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras da Arsenal do Alfeite, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2012 (que evidencia um total de 115.661.435,86 euros e um total de capital próprio de 112.842.922,19 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 5.494.667,47 euros, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração de fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reserva

7 A Arsenal do Alfeite, SA. reconheceu, em exercícios anteriores, no Capital próprio, subsídios obtidos do governo associados à concessão de ativos não correntes depreciáveis. No entanto, não efetuou o reconhecimento dos respetivos Impostos diferidos passivos conforme requerido pela Comissão de Normalização Contabilística. Em 31 de dezembro de 2012, o valor líquido daqueles subsídios ascende a 85.409 milhares de euros (88.290 milhares de euros em 31 de dezembro de 2011),

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
 Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
 Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.com/pt
 Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NÚPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
 Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 9077

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

e o respetivo imposto diferido passivo não reconhecido é de cerca de 22.630 milhares de euros (23.400 milhares de euros em 31 de dezembro de 2011). Assim, a rubrica Outras variações no capital próprio encontra-se sobreavaliada em cerca de 22.630 milhares de euros e o Passivo por impostos diferidos subavaliado naquele montante. Adicionalmente, os Resultados transitados encontram-se sobreavaliados e o resultado negativo do exercício sobreavaliado em cerca de 770 milhares de euros, respetivamente.

Opinião

8 Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos da situação referida no parágrafo nº 7 acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Arsenal do Alfeite, S.A. em 31 de dezembro de 2012, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Relato sobre outros requisitos legais

9 É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfase

10 Sem afetar a opinião expressa no parágrafo 8 acima, chamamos a atenção para o facto de os valores do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, que são apresentados nas demonstrações financeiras anexas apenas para efeitos comparativos, não terem sido por nós objeto de revisão ou de exame. A Certificação Legal das Contas sobre as demonstrações financeiras daquele exercício, emitida por outros Revisores Oficiais de Contas, com data de 5 de março de 2012, não apresentava qualquer reserva, mas incluía uma ênfase, relativa ao facto de a Arsenal do Alfeite apresentar no ativo corrente créditos relativos a financiamentos concedidos à Empordef SGPS, S.A., perfazendo o total de 17.472.812 euros (incluindo 409.750 euros de juros vencidos) cujas condições de reembolso não se encontravam clarificadas. Esta situação mantém-se em 31 de dezembro de 2012 sendo que, tal como referido na nota 15 do Anexo às Demonstrações Financeiras, o montante dos créditos relativos a financiamentos concedidos à Empordef SGPS, S.A., apresentado no ativo corrente, ascende a 17.783.763,45 euros (incluindo 520.701,78 euros de juros vencidos e 200.000,00 euros relativos a um empréstimo cujo prazo de pagamento é automaticamente prorrogável por períodos sucessivos de três meses).

19 de março de 2013

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



César Abel Rodrigues Gonçalves, R.O.C.



Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas

1 Nos termos da lei e do mandato que nos conferiram, apresentamos o relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e damos parecer sobre o Relatório de gestão e as demonstrações financeiras apresentados pelo Conselho de Administração da Arsenal do Alfeite, S.A. relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

2 Desde a data da nossa nomeação acompanhamos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a atividade da Empresa. Verificámos a regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação bem como a eficácia do sistema de controlo interno, apenas na medida em que os controlos sejam relevantes para o controlo da atividade da Empresa e apresentação das demonstrações financeiras e vigiámos também pela observância da lei e dos estatutos.

3 Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos a respetiva Certificação Legal das Contas, em anexo.

4 No âmbito das nossas funções verificámos que:

- i) o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração de fluxos de caixa e o correspondente Anexo, exceto quanto ao referido no parágrafo nº 7 da Certificação Legal das Contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira da Empresa, dos seus resultados, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa;
- ii) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados;
- iii) o Relatório de gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Empresa evidenciando os aspetos mais significativos;
- iv) a informação prestada no Relatório de gestão cumpre, em termos gerais, com o quadro normativo específico para as empresas que integram o Sector Empresarial do Estado, contendo capítulos individualizados relativos: (i) ao governo da sociedade, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007, de 28 de Março e (ii) ao cumprimento das orientações legais, conforme instruções da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças sobre o processo de prestação de contas referente ao exercício de 2012. Conforme referido no Relatório de Gestão as orientações legais foram cumpridas, incluindo as medidas de redução da despesa e as referentes às reduções remuneratórias, nos termos da lei nº 12-A/2012, de 30 de junho e da lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, e ainda as referentes aos limites de endividamento, conforme Despacho do Senhor Ministro de Estado e das Finanças nº 155/2011, de 28 de abril.
- v) a proposta de aplicação de resultados não contraria as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.com/pt

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 344.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 9077

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

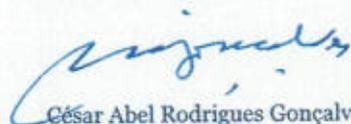
5 Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, somos do parecer que:

- i) seja aprovado o Relatório de gestão;
- ii) sejam aprovadas as demonstrações financeiras;
- iii) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados.

6 Finalmente, desejamos expressar o nosso agradecimento ao Conselho de Administração e a todos os colaboradores da Empresa com quem contactámos, pela valiosa colaboração recebida.

19 de março de 2013

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



César Abel Rodrigues Gonçalves, R.O.C.